

RELATÓRIO ANUAL
DAS ATIVIDADES DA
JUSTIÇA DO TRABALHO
2ª REGIÃO
1972

PRESIDENTE
DR. HOMERO DINIZ GONÇALVES



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

SÃO PAULO

Em 13 de abril 1973

Senhor Ministro-Presidente.

Em conformidade com o disposto no artigo 13, item nº 26, do Regimento Interno deste Tribunal, tenho a elevada honra de apresentar a V. Exa., para as considerações que merecer, o Relatório Geral da Justiça do Trabalho da 2ª Região, concernente ao exercício de 1972.

O relato ora feito procura atingir os ângulos e aspectos fundamentais das atividades realizadas tanto na área desta E. Corte, de forma restrita, quanto nas 57 Juntas de Conciliação e Julgamento, territorialmente distribuídas pelos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

No desdobrar da esplanada que ora inicia esta Presidência procurará mostrar sinteticamente, as principais diretrizes e providências adotadas nos setores administrativo e judiciário, com vistas primordialmente à continuidade da eficiência até aqui alcançada, de que decorre o aperfeiçoamento progressivo da instituição.

O TRIBUNAL E SUA COMPOSIÇÃO

O quadro de magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em 1972, apresentou-se com a seguinte constituição: Dr. Gilberto Barreto Fragoso (até 7/12/72), Gabriel Moura Magalhães Gomes, Roberto Mário Rodrigues Martins, Roberto Barreto Prado, Paulo Marques Leite (até 27/7/72), Nelson Ferreira de Souza (a partir de 17/1/72), Antonio Lamarca (a partir de 4/9/72), Reginaldo Mauger Allen, Nelson Virgílio do Nascimento, Albino Feliciano da Silva, Edgard Radesca, Affonso Teixeira Filho, Wilson de Souza Campos Batalha, Nelson Tapajós, Jo-



José Cabral, Marcos Manus e Henrique Victor.

Em decorrência das aposentadorias dos Drs. Paulo Marques Leite e Gilberto Barreto Fragoso (que, até 15/9/72 ocupava a Vice-Presidência); e, diante da eleição do Juiz Gabriel Moura Magalhães Gomes para a Vice-Presidência do Tribunal e do seu conseqüente deslocamento do órgão que integrava, as Turmas existentes na Região, modificadas na estrutura pessoal, passaram a ter a seguinte composição:

Primeira Turma: Drs. Roberto Mário Rodrigues Martins (Presidente), Nelson Ferreira de Souza, Paulo Marques Leite (até 27/7/72), Antonio Lamarca (a partir de 4/9/72), Affonso Teixeira Filho (representante dos empregados), e Marcos Manus (representante dos empregadores).

Segunda Turma: Drs. Roberto Barreto Prado (Presidente), Nelson Virgílio do Nascimento, Gabriel Moura Magalhães Gomes (até 14/9/72), Henrique Victor (representante dos empregados), e Nelson Tapajós (representante dos empregadores).

Após o afastamento do Juiz Gabriel Moura Magalhães Gomes da aludida Turma, face à aposentadoria do Dr. Gilberto Barreto Fragoso, que seria o ocupante natural do cargo, as funções respectivas passaram a ser exercidas pelo Dr. Raul Duarte de Azevedo, titular da 17a. J.C.J., em caráter de substituição.

Terceira Turma: Drs. Reginaldo Mauger Allen (Presidente), Edgard Radesca, Albino Feliciano da Silva, José Cabral (representante dos empregados), e Wilson de Souza Campos Batalha (representante dos empregadores).

*

A exemplo do sucedido nos anos precedentes, também em 1972 este Tribunal, e conseqüentemente suas Turmas, tiveram as suas composições alteradas. As causas basicamente repousaram nos afastamentos dos Juizes titulares, motivados por férias regulamentares, licença especial, licença para tratamento de saúde, ou, em alguns casos, para a participação na Comissão de Concurso para provimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Região.

Atendidas as disposições regimentais que disciplinam as substituições, os Senhores Juizes togados, em seus im



impedimentos, tiveram a substituí-los os Drs. Raul Duarte de Azevedo, Júlio Araujo Franco Filho, Bento Pupo Pesce, Otávio Pupo Nogueira Filho, Francisco Garcia Monreal Junior e José de Barros Vieira Junior.

Em razão de circunstâncias semelhantes, os Juizes Classistas foram substituidos pelos Suplentes Luiz Dias Alvaranga, Geraldo Santana de Oliveira, Marcelino Marques e Caetano Pellegrini Neto.

APOSENTADORIAS

Por ato da Presidência da República, inserido no Diário Oficial da União de 27 de julho de 1972, foi aposentado, a pedido, o MM. Juiz do Tribunal Dr. Paulo Marques Leite.

Esse ilustre magistrado ingressou nesta Justiça como Juiz Substituto, através publicação de nomeação no Diário Oficial da União de 5/5/1954.

Um ano depois, por Decreto da Presidência da República, datado de 9/12/55, foi promovido ao cargo de Juiz Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos. Posteriormente, através remoção, exerceu a Presidência das 14ª e 9ª Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital.

Decreto de 26/3/71 promoveu-o a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Igualmente a pedido foi aposentado o incólito Juiz Dr. Gilberto Barreto Fragoso (D.O.U. de 7/12/72), que poucos meses antes, ou mais precisamente, até 14/9/71, ocupara a Vice-Presidência regimental desta C. Corte.

Sua carreira nesta Justiça teve início em 1942, com a sua nomeação a Suplente de Presidente da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital (Decreto de 4/8/1942).

Em 1946 deu-se, com base no Decreto-Lei 8 737/46, o seu aproveitamento como Presidente Substituto de Junta, e, nesse mesmo ano, sua nomeação para o cargo de Juiz do Trabalho, Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo (D.O.U. de 20/11/46).



Finalmente, em 3 de maio de 1967 entrou no exercício do cargo de Juiz do Tribunal, promovido que fora, por antiguidade.

O Dr. Gilberto Barreto Fragoso de seu elevado des-cortínio e capacidade pessoal, vinha exercendo as funções de Vice-Presidente regimental desde 23 de setembro de 1971, face à aposentadoria do então titular Dr. José Teixeira Penteado.

*

Como Presidente da 9ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, Capital, a Dra. Zélia Martins Brandão teve a sua aposentadoria decretada, a pedido, por ato da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União de 27 de julho de 1972.

Sua nomeação para o quadro de Juizes Substitutos desta Região verificou-se em 28/9/1962.

Por antiguidade foi promovida à Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Limeira, Estado de São Paulo (D.O.U. de 25/5/71), de onde removeu-se para a 9ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital (D.J. de 10/6/1971).

*

A pedido, foi aposentado no cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Piracicaba o Dr. Francisco Eduardo Nogueira Pacheco (D.O.U. de 4/12/72).

Sua nomeação como Juiz do Trabalho Substituto do quadro de magistrados da 2ª Região, operou-se por decreto da Presidência da República, constante do Diário Oficial da União de 3 de outubro de 1962.

Aproximadamente 10 anos mais tarde foi promovido, por antiguidade, a Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, Mato Grosso (D.O.U. de 7 e 21/1/1972).

De Cuiabá obteve remoção para a Junta de Conciliação e Julgamento de Piracicaba, Estado de São Paulo (D.J. de 25/5/1972), em cuja Presidência veio a aposentar-se.

*



Finalmente, ainda em 1972 registrou-se a aposentadoria do eminente Juiz Dr. Hygídio Audi (D.O.U. de 13/12/1972).

Decreto da Presidência da República, consignado no D.O.U. de 6/8/1965, nomeou-o Suplente de Juiz do Trabalho Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Em 1967, frente ao disposto no artigo 33 do Decreto-Lei nº 229/67, foi-lhe assegurada a efetividade no cargo de Juiz do Trabalho Substituto (D.J. de 30/3/67).

Por merecimento foi promovido a Juiz Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Paraná (D.O.U. de 3/3/1972) e, em tempo relativamente curto, removido para a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo (D.J. de 1º/8/1972), em cujo exercício veio encontrá-lo a aposentadoria solicitada.

PROMOÇÕES

Encaminhada a indicação de seu nome aos setores competentes ainda em 1971, logo em meados de janeiro do ano em curso tornava-se realidade a promoção, por merecimento, do titular da 15ª Junta de Conciliação e Julgamento, Dr. Nelson Ferreira de Souza, ao cargo de Juiz do E. Tribunal (D.O.U. de 14/1/72).

Referida promoção operou-se em vaga aberta com a aposentadoria do DD. Juiz Dr. José Teixeira Pentead, ocorrida no exercício anterior.

Para a vaga decorrente da aposentadoria do Dr. Paulo Marques Leite, resolveu este Tribunal indicar, por antiguidade, o nome do Juiz Presidente da 15ª Junta de Conciliação e Julgamento, Dr. Antonio Lamarca.

O decreto de promoção do ilustre magistrado para o E. Tribunal veio publicado no Diário Oficial da União de 4/9/72.

Em decorrência das aposentadorias processadas, e subsequentemente às promoções para o E. Tribunal e às remoções legal-



legalmente requeridas em primeira instância, resultaram seis cargos vagos de Juiz Presidente de Junta, cujo provimento se fez mediante promoção - ora por merecimento, ora por antiguidade.

O Dr. Francisco Eduardo Nogueira Pacheco, por antiguidade, e em vaga surgida com a remoção do Juiz Plínio Coelho Brandão, teve sua promoção efetuada para a Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, Mato Grosso (D.O.U. de 7 e 21/1/72).

Em vaga decorrente da remoção do Dr. Rubens Ferrari o Juiz Dr. Ielton Ayres de Abreu, por merecimento, foi promovido para a Junta de Conciliação e Julgamento de Sorocaba, Estado de São Paulo (D.O.U. de 20/1/72).

Por antiguidade, e tendo em vista a remoção da Dra. Neyde de Sá, o Dr. João Antonio Gonçalves de Moura assumiu a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina, Estado do Paraná (D.O.U. de 22/5/72).

Para a Junta de Conciliação e Julgamento de Corumbá Mato Grosso, cuja presidência se encontrava vaga pela remoção do Juiz Dr. Waldemar do Amaral Gurgel Vianna, foi promovido, por antiguidade, o Dr. Ney Edison Prado (D.O.U. de 28/7/72).

Finalmente, sob o critério de merecimento, o Dr. José de Ribamar da Costa foi promovido para a Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, Mato Grosso, em vaga aberta pela remoção do Juiz Dr. Francisco Eduardo Nogueira Pacheco (D.O.U. de 6/11/72).

REMOÇÕES

As aposentadorias ocorridas nesta Justiça, bem como as promoções dos Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento para o Tribunal, determinaram, como é óbvio, a abertura de vagas cujo preenchimento inicial processou-se, na maioria dos casos, mediante remoção.

Paralelamente, outras remoções já se encontravam em marcha, e uma vez concluídas, determinaram o desencadeamento natural de várias outras.

*

No mês de janeiro duas remoções foram determinadas nesta Justiça: a do MM. Juiz Plínio Coelho Brandão que, deixando Jundiá, assumiu a Presidência da 20ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital, em vaga decorrente da aposentadoria do Dr. Mauro Quaresma de Moura; e a do Dr. Waldemar do Amaral Gurgel Vianna



de Corumbá para a Junta de Conciliação e Julgamento de Limeira, em vaga aberta com a remoção da titular, Dra. Zélia Martins Brandão, para a 9ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

Em março registraram-se duas outras. De Piracicaba para Jundiá era removido o Dr. Hamilton Ernesto Antonino Reynaldo Proto, em claro surgido com a remoção do Juiz Plínio Coelho Brandão. E, da 2ª Junta de Santos para a 15ª Junta da Capital removia-se o Dr. Nelson de Oliveira Medeiros, em vaga consequente à promoção do Dr. Nelson Ferreira de Souza para o E. Tribunal.

Mais, a exemplo do ocorrido nos meses de janeiro e março, assinalou duas remoções.

Para a Presidência da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, vaga por força da remoção do Juiz Nelson de Oliveira Medeiros, foi removido o Dr. Geraldo de Lima Marcondes, da Junta de Conciliação e Julgamento de Mogi das Cruzes. Ao mesmo tempo, da Junta de Cuiabá para a de Piracicaba, cujo titular assumira a Presidência da Junta de Jundiá, removia-se o Juiz Francisco Eduardo Nogueira Pacheco.

Em fins de Julho, a Junta de Mogi das Cruzes, cuja Presidência se encontrava vaga pela remoção do Dr. Geraldo de Lima Marcondes, passou a ter como seu titular o Juiz Hygídio Audi, até então na 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba.

O provimento do cargo de Juiz da 3ª Junta de Curitiba, vago pela remoção do Dr. Hygídio Audi, fez-se pela remoção do Dr. Leonardo Abagge, da Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa.

Em setembro operou-se a remoção do Juiz Floriano Correa Vaz da Silva, da 2ª Junta de Curitiba para a 9ª Junta da Capital, cujo cargo de Juiz Presidente acha-se vago em virtude da aposentadoria da Dra. Zélia Martins Brandão.

Menos de dois meses após, o MM. Juiz Dr. Floriano Correa Vaz da Silva deixava a aludida 9ª Junta, removendo-se para a 16ª Junta de São Paulo, em vaga aberta em decorrência da promoção do titular, Dr. Antonio Lamarca, para o E. Tribunal.

Finalmente, aos primeiros dias de Dezembro o Dr. José de Ribamar da Costa foi removido da Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá para a de Ponta Grossa, em vaga existente face à remoção do Dr. Leonardo Abagge.



POSSE E EXERCÍCIO NA MAGISTRATURA

Em sessões solenes, realizadas na sede deste Tribunal nos meses de Janeiro e Setembro, tomaram posse nos cargos para os quais haviam sido promovidos, os MM. Juizes Drs. Nelson Ferreira de Souza e Antonio Lamarca, respectivamente.

Em ambas as oportunidades os empossados foram saudados pela Presidência do Tribunal, por Juizes e advogados militantes nesta Justiça, e que puseram em evidência o invejável saber jurídico e a larga experiência dos mesmos, especialmente no campo do Direito do Trabalho.

SESSÕES REALIZADAS

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região deu início as suas atividades normais, concernentes ao exercício de 1972, aos dez dias do mês de Janeiro.

Através de sua composição plena realizou 48 sessões ordinárias e 45 de ordem administrativa, resultando o julgamento de 458 processos.

Por seu turno, cada uma das três Turmas efetuou nada menos de 50 sessões.

7 114 processos foram por elas apreciados, cabendo a cada uma os seguintes números: 1ª Turma - 2 320; 2ª Turma - 2 323; 3ª Turma - 2 471.

RECESSO

Em sessão plenária realizada no mês de Março, o E. Tribunal teve o ensejo de examinar expediente oriundo do C. Tribunal Superior do Trabalho, por meio do qual o DD. Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Raymundo Souza Moura, propunha a adoção por este Regional, do recesso estabelecido na Lei nº 5 010/66.

Debatido o assunto em todas as suas nuances e implicações, resolveu esta C. Corte determinar fossem estendidos à 2ª Região, em toda sua amplitude, os efeitos decorrentes do artigo 62, do aludido diploma legal.



SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Sem conformação orgânica, mas dotada de força regimental que lhe permitia dar cumprimento natural as suas atribuições apenas em meados de 1972 a Secretaria da Corregedoria deste Tribunal veio a constituir-se de maneira plenamente delineada e definitiva.

Ampliando sua área de competência foram-lhe conferidas, simultaneamente, novas atribuições, então decorrentes da reformulação operada no sistema de Arrecadação de Custas e Emolumentos (SACE).

Dentre suas múltiplas e variadas atividades, vale salientar que no decurso de 1972 foram registrados 94 pedidos de correição parcial que, somados aos 39 oriundos do exercício precedente, perfizeram o total de 133. Destes, 91 foram apreciados, permanecendo 42 pendentes de exame.

Ressalte-se ainda as quatro Correições processadas neste Regional, três das quais fora da Sede e uma na Sede.

Inúmeros outros dados informativos concernentes ao órgão podem ser recolhidos no "anexo" respectivo, integrante do presente Relatório.

COMUNICAÇÕES

O Serviço de Comunicações da Justiça do Trabalho da 2ª Região protocolou em 1972 precisamente 20 611 papéis e mais de 18 000 recorrentes, ao passo que em 1971 esses números atingiram 21 599 e 19 480, respectivamente. Entre recursos ordinários, agravos, dissídios e revisões foram recebidos 8 474 processos. Do Tribunal Superior do Trabalho e C. Supremo Tribunal Federal foram recebidos 2 858 feitos, e, ao Distribuidor encaminhados 1 029 cartas precatórias e processos da Delegacia Regional do Trabalho.

O anexo correspondente ao órgão oferece, com detalhes, o variado e intenso movimento registrado no decorrer de 1972.

MOVIMENTO PROCESSUAL

A elevação numérica dos Juizes do Tribunal e o desdobramento deste em três Turmas, produziu em 1972 os mesmos exca



os mesmos excelentes resultados obtidos no último triênio especialmente. Daí a reafirmação das perspectivas otimistas de celeridade processual nesta Região.

Numa retrospectiva dos últimos anos verifica-se que, não obstante o esforço verdadeiramente sobrehumano dos MM. Juizes, ainda assim progredia consideravelmente o total de processos sem julgamento, que de um ano passava a outro.

Tal fenômeno, porém, vem sendo contínua e inexoravelmente debelado.

Em 1972 foram recebidos no total geral de 8 916 processos que, somados aos 3 768 vindos do ano anterior, perfizeram 12 684.

No período a que alude o presente relatório observa-se que foram examinados 7 668 processos, havendo, portanto um total de 5 117 pendentes de julgamento.

Não será demais referir que nesses totais não se acham englobados os feitos de competência da Presidência, como são exemplos os de agravo, correição, etc., cuja apreciação estiveram rigorosamente em dia, durante todo o exercício.

SERVICO JUDICIÁRIO

Coube ao Serviço Judiciário deste Tribunal, por meio dos órgãos Processual, de Traslados e Certidões, e de Acórdãos, expedir exatamente 6 583 ofícios, autuar 302 Agravos de Instrumento, prestar mais de 500 Informações, expedir 1 070 Guias de Recolhimento, datilografar cerca de 8 000 Acórdãos, extrair 283 Traslados e fornecer nada menos de 899 Certidões.

Os dados referidos e mais os constantes do respectivo "Anexo", atestam de forma ampla e rítmo das desenvolvidas nessa área da Justiça do Trabalho.

DISTRIBUIÇÃO

A 2ª. Região possui Serviços de Distribuição nas cidades de São Paulo, Santos, Santo André (todas no Estado de São Paulo) e Curitiba (Paraná).

Não obstante a existência legal de subordinação desses organismos ao Tribunal Regional do Trabalho, todos eles, por se acharem afastados da sede, são supervisionados pelo Juiz Diretor do Fórum.

Sob o ângulo de praticidade, a adoção dessa providência continua a surtir auspiciosos resultados, assegurando a mais absoluta ordem e equilíbrio na divisão dos trabalhos.



O movimento reclamatório recebido pelas Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo, em 1972 apresentou ligeira redução comparativamente ao ano anterior.

Assim, foram distribuídas às Juntas da Capital precisamente 71 528 reclamações, contra o total de 78 405 em 1971.

Um decréscimo, portanto, que, em bases percentuais, gira em torno de 9%. A cada uma das 23 Juntas ora em funcionamento foram destinadas mais de 3 100 processos.

De outra parte, vale notar que em 1972 o número de reclamações escritas ultrapassou largamente o alcançado um ano antes. O contrário ficou constatado referentemente àquele de natureza verbal.

Para as 34 385 reclamações escritas, ajuizadas e distribuídas em 1971, foram apresentadas 41 291 em 1972; contra as 25 982 reclamações verbais reduzidas a termo em 1971 foram registradas apenas 15 195 em 1972.

A circunstância, como é sabido, decorre da legislação lançada sobre o assunto e que traz em seu bojo, como natural consequência, o aumento gradativo das reclamações escritas e a redução paulatina das verbais.

*

Na cidade de Santos foram distribuídos exatamente 6 210 processos, o que revela uma diminuição percentual da ordem de 15% em relação a 1971.

Desses 6 210 feitos, 1 657 eram concernentes a homologações (demissão de empregado estável e opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Dos processos recebidos 1147 haviam sido apresentados verbalmente, e reduzidos a termo nas respectivas Juntas.

Apesar de ligeiramente inferior ao exercício passado, parece inequívoco que o volume dos trabalhos encaminhados a cada uma das Juntas mostra-se ainda sensivelmente pesado.

*

Em Curitiba coube ao Serviço de Distribuição receber 7 737 processos, o que anuncia pequena elevação comparativamente ao exercício imediatamente anterior.



A instalação da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento ocorrida em abril, veio reduzir, embora levemente, o total de processos distribuídos a cada uma das Juntas. Mesmo assim, mais de duas mil reclamações foram canalizadas para a 3ª Junta, e quase três mil para a 1ª e 2ª.

Desse total de processos distribuídos (excluídas as Cartas Precatórias e Dissídios) 1 275 eram pertinentes a pedidos de homologação. 2 995 reclamações foram apresentadas verbalmente, e reduzidas a termo nas respectivas Juntas, ao passo que 3 063 se processaram por via escrita.

*

Contra os 3 112 processos recebidos no exercício anterior, foram recebidos pelo Serviço de Distribuição de Santo André em 1 972, precisamente 4 722 feitos. Destes, 1 114 referiam-se a pedidos de homologação e 618 a Cartas Precatórias.

Constata-se, comparativamente ao ano de 1 971, que houve uma elevação percentual de mais de 40% no movimento reclamatório ajuizado.

A cada uma das Juntas de Conciliação e Julgamento ali instaladas foram distribuídas cerca de 2 300 processos. E do total de reclamações distribuído 889 eram verbais, enquanto 2 071 se achavam consubstanciadas em petições escritas.

CONTADORIA JUDICIÁRIA

A Contadoria Judiciária da Justiça do Trabalho da 2ª Região recebeu, em 1 972, 7 580 processos oriundos da Capital, e de cidades do interior.

Tais números, como se observa, apresentam-se levemente inferiores aos 7 931 atingidos no exercício precedente.

Dos referidos 7 580 processos chegados a Contadoria Judiciária, aos quais devem ser somados 1 651 vindos do ano anterior, 7 686 foram calculados e devolvidos às Juntas de Conciliação e Julgamento ou órgãos competentes.

Em condenações constituídas pelo principal (R\$ 14 152 031,45), por juros de mora (R\$ 2 610 034,13) e correção monetária (R\$ 10 115 720,05) somou-se R\$ 26 877 785,64, o que atesta uma elevação percentual de aproximadamente 20% em relação ao exercício de 1 971.



As Custas processuais e de Conta de Liquidação alcançaram, respectivamente, a R\$ 368 456,69, e R\$ 14 403,61 - importâncias essas que também ultrapassaram as arrecadadas um ano antes.

ARRECADACÃO

O Serviço de Arrecadação de Custas e Emolumentos da Justiça do Trabalho da 2ª Região, em 1 972, superou em mais de 30 e 15%, respectivamente, os totais arrecadados na cidade de São Paulo e no interior.

Nesta Capital as cifras se elevaram a R\$ 2 251 302,89 contra R\$ 1 625 284,81 em 1 971.

Referentemente às Juntas de Conciliação e Julgamento situadas fora da sede, verificou-se um recolhimento da ordem de R\$ 1 146 463,18 contra R\$ 989 239,73 recebidos no exercício passado.

Nada menos de 58 781 Guias de Recolhimento foram emitidas, das quais 39 132 somente na cidade de São Paulo.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Instituída Pela Lei nº 5 643/70 de 10 de dezembro, foi instalada na cidade de Curitiba, Paraná, a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento.

De modo que, a partir de 12 de abril de 1 972, data de inauguração e funcionamento do aludido órgão, a Justiça do Trabalho da 2ª Região passou a integrar-se por 57 Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: 48 no Estado de São Paulo (23 das quais na Capital), 7 no Estado do Paraná e duas em Mato Grosso.

A criação de uma 3ª Junta na cidade de Curitiba, como se pode depreender pela leitura dos dados constantes do "Anexo" correspondente, constituía-se numa providência então inadiável.

A distribuição processual às três Juntas ora em funcionamento, proporcionará o descongestionamento das reclamações pendentes de exame, e possibilitará o atendimento das partes em menor espaço de tempo.

Com relação as nove Juntas de Conciliação e Julgamento criadas nesta Capital pela citada lei 5 643/70, cumpre ressaltar que uma série de providências indispensáveis foram adotadas.

Os trabalhos de adaptação do imóvel onde funcionarão presume-se, serão concluídos no correr de 1 973.

O volume de reclamações ajuizadas nas Juntas de Con-



Conciliação e Julgamento da 2ª Região em 1972, mostrou-se em nível de ponderável ou quase equilíbrio com aquele recebido em 1971 (inferior em menos de 4%)

Como rotineiramente ocorre o movimento processual registrado nas Juntas de Santos, Campinas, Santo André, Jundiaí e especialmente Curitiba, foi dos mais intensos, chegando mesmo a aproximar-se do recebido pelas Juntas de São Paulo.

Nesta Capital foram distribuídos a cada uma das 23 Juntas de Conciliação e Julgamento mais de 3 100 processos, o que revela pequeno decréscimo em comparação ao ano anterior, isto é, 1971.

No plano geral, as 57 Juntas de Conciliação e Julgamento instaladas na 2ª Região receberam, em 1972, exatamente, 116 104 reclamações que, somadas às 48 812 pendentes de julgamento em 1971, perfizeram 164 916. Deste total, foram apreciados - 118 408 feitos, restando para serem julgados 46 508.

Dos processos levados à pauta 38 243 foram conciliados; 12 133 julgados procedentes; 6 705 considerados procedentes em parte, e, por último 4 996 dados como improcedentes.

A cada um dos referidos totais correspondeu a importância de R\$ 52 362 380,48 - R\$ 38 149 954,10 - R\$ 21 287 316,98 e R\$ 14 176 596,89, respectivamente.

O valor global das Custas Contadas, Arrecadadas e Dispensadas atingiu, pela ordem, R\$ 6 527 780,26 - R\$ 314 310,67 e R\$ 2 787 458,49.

Em emolumentos de traslados e certidões as cifras se elevaram a R\$ 84 183,47 - o que representa um montante altamente superior ao arrecadado em 1971.

PROTOCOLO GERAL DE PETIÇÕES

Num esforço de descentralização aos trabalhos, com vistas a imprimir maior eficiência ao mecanismo administrativo, em meados de Setembro resolveu este Tribunal autorizar fosse constituído, nesta Justiça, o Protocolo Geral de Petições para as Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital.

Os resultados obtidos nesses poucos e últimos meses do ano de 1972 foram plenamente satisfatórios, convencendo do acerto da providência de instalação do órgão referido.

A natureza e o volume das atividades desempenhadas pelo Protocolo Geral de Petições podem ser aquilatados através exame do "anexo" correspondente que se acha em apenso.



OFICIAIS DE JUSTIÇA

Ratificando sua eficiência e capacidade de trabalho, a Sala dos Oficiais de Justiça desta Capital recebeu e cumpriu 77 126 serviços no curso de 1 972, o que representa mais ou menos 3% de decréscimo em relação a 1 971.

Um dos fatores primordiais ao sucesso que vem sendo obtido é o retalhamento da jurisdição da cidade de São Paulo em 24 setores ou zonas de trabalho - sistema este que difere fundamentalmente ao preconizado na Consolidação das Leis do Trabalho (artigo 721).

Essa modificação, introduzida no "modus operandi" dos Oficiais de Justiça, complementada pela utilização de certidões e Autos impressos, sintetizam a racionalização dos serviços, resultante da imperiosa necessidade prática de solucionar-se os problemas decorrentes do ciclópico volume de processos ajuizados.

DOS JUÍZES DE DIREITO

Em conformidade com o que preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, as ações de litígio entre empregados e empregadores, nas localidades onde não há Juntas de Conciliação e Julgamento, são propostas em foro da Justiça Comum.

Assim, a Justiça do Trabalho da 2ª Região não poderia deixar de consignar neste Relatório, seu manifesto reconhecimento pela colaboração dos MM. Juizes de Direito no julgamento das causas de natureza trabalhista.

Esse reconhecimento se torna mais necessário e justo quando se está atenta ao grande número de municípios existente, de modo particular no Estado de São Paulo, onde apenas 25 cidades possuem Junta. Note-se ainda que é nesta unidade da Federação que repousa a maior concentração de atividades comerciais, agrícolas e industriais.

O fenômeno, contudo, não se limita apenas ao Estado de São Paulo. Propaga-se vertiginosamente também no Paraná e em Mato Grosso, onde o progresso vem se alastrando a passos largos.

De outra parte, é de domínio público o fato de que a Justiça Comum tem sob sua competência um amplo campo de atribuições, extensível a praticamente todos os ramos do Direito. Daí constatar-se, até com certa frequência, o involuntário retardamento de apreciação dos feitos trabalhistas que lhes são submetidos.

Parece lícito concluir, pois, que a criação de no-



novas Juntas - ao menos nas cidades de maior incremento industrial e comercial - importaria, entre outras vantagens, na de uma Justiça mais célere.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Os diversos setores administrativos que integram a Secretaria deste Tribunal, tiveram seus trabalhos sensivelmente ampliados no decurso de 1972.

Alguns, em decorrência natural da instalação de novos órgãos, com reflexos que se difundem por toda a estrutura.

Outros, particularmente por se terem necessariamente envolvido em atividades burocráticas e de assistência direta à preparação do imóvel em fase de aquisição e já na posse desta Justiça, destinado ao recebimento das novas Juntas de Conciliação e Julgamento criados pela lei 5 643/70, e que deverão entrar em funcionamento provavelmente no segundo semestre de 1973.

Fato é que, sem aqueles ou por outros motivos ou razões, apresentou-se dos mais árduos o labor desenvolvido pelos Serviços de Pessoal, Pagamento, Material, Compras, etc. - tudo a reafirmar a amplitude dimensional da Justiça do Trabalho da 2ª Região.

Independente das sínteses abaixo apresentadas, os "anexos" correspondentes oferecem, com precisão, os dados informativos concernentes ao movimento registrado em cada um desses diferentes órgãos da administração.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em sessão realizada em Janeiro, o E. Tribunal teve oportunidade de tomar ciência dos termos em que se achava vazada a Prestação de Contas da Ordenadora das Despesas da 2ª Região, Sra. Maria Lavínia T. Ribeiro, que exerce igualmente o cargo de Diretora da Secretaria deste Regional.

A seguir, deliberou a C. Corte no sentido de que fosse o expediente encaminhado à apreciação do Tribunal da Contas da União, atendidas as exigências impostas pela legislação em vigor.

PESSOAL



do que realizou o Serviço do Pessoal, vale ressaltar que nada menos de 485 ofícios foram expedidos; 824 memorandos elaborados; 390 Contagens de Tempo de Serviço realizadas; 691 Portarias lavradas; 5 412 Cartões de Ponto preparados; 15 100 anotações em fichas funcionais efetivadas; 5 412 conferências de cadastro realizadas, além do cumprimento de inúmeras outras atividades correlacionadas.

EXPEDIENTE DE PAGAMENTO

O Serviço de Preparação e Expediente de Pagamento do Pessoal desenvolveu suas atividades num plano de perfeita harmonia e sincronismo com o Serviço de Orçamento e Controle de Pagamento, constituindo-se um, no complemento natural e necessário do outro.

No correr de 1 972 incumbiu ao "PEBP" a elaboração de 5 118 Boletins de Alterações; a preparação de cerca de 13 mil cheques de depósitos; quase 1 200 fichas financeiras, bem como a expedição de ofícios, telegramas, o relacionamento de pagamentos, etc., cujos números exatos encontram-se referidos no "Anexo" que lhe corresponde.

ORÇAMENTO E CONTROLE DE PAGAMENTO

Com atribuições mais circunscritas à complexa área de Contabilidade, ao Serviço de Orçamento e Controle de Pagamento, compete realizar, especialmente, a prestação de contas.

Em 1 972 esse órgão efetuou exatamente 29 456 lançamentos de contabilidade, expediu cerca de 3 682 fichas de contabilidade, preparou 664 notas de empenho, 1 169 contas para pagamento, além de emitir 1 140 cheques.

O "anexo" pertinente a esse Serviço proporciona, com detalhes, um panorama das diferentes funções por ele cumpridas.

MATERIAL

Dos mais intensos o movimento registrado no Serviço de Material, onde foram elaborados perto de 3 700 000 Impressos, pedidos quase três centenas de memorandos, efetivados 622 Termos



de Responsabilidade, preparadas 1 558 Ordens de Serviço, efetuadas 173 notas de transferência de material, etc., além de executadas diferentes outras atividades, cuja natureza e volume acham-se minuciosamente detalhadas no "anexo" respectivo.

ALMOXARIFADO

Como decorrência do progressivo aumento dos serviços que atinge indistintamente todos os órgãos da Justiça do Trabalho, também o Almojarifado apresentou um grau de atividades consideravelmente acentuado.

Funcionando como verdadeiro prolongamento do Serviço do Material, coube ao Almojarifado, no decorrer de 1 972, atender a nada menos de 1 001 requisições de material, procedentes não apenas das Juntas, mas do próprio Tribunal; prepara 4 688 notas de fornecimento; expedir 538 telegramas; efetuar 116 despachos, além de executar inúmeras outras atividades que lhe são próprias e que se acham discriminadas no "anexo" pertinente.

SERVICO DE MANUTENÇÃO

Em Setembro de 1 972 foi organizado e posto em funcionamento, mediante Portaria o "Serviço de Manutenção" deste Tribunal. Consequência natural das necessidades de serviço, e do desejo de rapidez e eficiência dos trabalhos, o aludido órgão, nesses poucos meses de existência, tem apresentado resultados que bem justificam sua criação.

Como parte de suas atividades, tem acompanhado, e fiscalizado "in loco", a execução dos mais variados trabalhos, a cargo de terceiros. Independentemente dos serviços indicados no "anexo" correspondente, cabe salientar o cumprimento de 248 Ordens de Serviço, a expedição de memorandos, officios, etc.

COMPRAS

A Comissão de Compras deste Tribunal, no exercício de 1 972, apresentou intensa e proveitosa movimentação.

Além das funções que lhe são peculiares, coube à Comissão de Compras dar cumprimento as providências iniciais com vistas aos trabalhos de adaptação do edifício onde irão ser instaladas as Juntas de Conciliação e Julgamento instituídas pela Lei nº 5 643/70.

Além das atividades citadas e que escapam ao hábi-



habitual, a Comissão de Compras, numa reafirmação do volume dos serviços para ela carreado em 1972, protocolou um total de 995 documentos; processou e aprovou 57 inscrições de fornecedores; elaborou 48 Autorizações de Compras, todas precedidas dos respectivos cálculos estimativos da importância a dispendar; informou e providenciou a lavratura de 16 contratos de locação; realizou 227 Compras Diretas; concluiu 30 Convites, cujo processamento, como é sabido, exige autorização de compra do material e seleção das firmas especializadas no ramo - o que implica em grande número de consultas; processou e concluiu 12 Tomadas de Preços; procedeu a 308 Pedidos de Empenho; expediu 415 ofícios de natureza diversa, etc..

Outros informes concernentes às atividades desenvolvidas por esse órgão, encontram-se referidos no "anexo" a ele concernente.

*

PRESIDÊNCIA

No correr de 1972 a Justiça do Trabalho recebeu um volume de serviços que se posiciona no mesmo nível daquele constatado nos últimos anos. Situando-se a 2ª Região na área geográfica brasileira de maior desenvolvimento do trinômio Indústria, Comércio e Agricultura e que tem a mobilizá-lo o maior núcleo de trabalhadores da América Latina, logicamente não poderia ser outra a perspectiva de trabalho.

De modo que a manutenção quantitativa dos litígios, aliada à crescente complexidade das relações contidas em cada um deles, longe de oferecer surpresa, veio apenas confirmar o que já é absolutamente rotineiro.

De outra parte, paralelamente as alterações que necessariamente vão se operando nas estruturas administrativa e judiciária desta Justiça, algumas modificações de caráter burocrático continuam a ser simultaneamente introduzidas, como consequência inevitável de situações novas: quer sejam de fato, quer sejam de direito. Em tais circunstâncias, tanto o aparelho judiciário quanto o administrativo recebem correções em seus mecanismos e trajetórias, de forma a que suas atividades correspondentes se desenvolvessem numa órbita de precisão, eficiência e atualidade.

Natural, portanto, que sobre esta Presidência se projetassem os efeitos decorrentes dessa amplo conjunto fatorial.

*

No exercício de suas atribuições esta Presidência esteve presente em 45 sessões do Tribunal Pleno. Além da apreciação dos Agravos de Petição, de Instrumento, despachos processuais di-



versos, etc., coube-lhe presidir a 165 audiências de dissídios coletivos.

Para tratar de assuntos de interesse da Justiça do Trabalho esta Presidência, no decurso de 1972, dirigiu-se a inúmeras cidades desta e de outras unidades da Federação.

No Rio de Janeiro participou do Encontro de Presidente dos Tribunais Regionais do Trabalho; na cidade de Curitiba, Paraná, esteve presente à sessão especial de inauguração das instalações da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento, instituída pela Lei nº 5 643/70; nos meses de Abril e Maio deslocou-se até Santos onde, na primeira oportunidade, lhe foram tributadas homenagens que tiveram como ápice a outorga do título de "Cidadão Emérito", ao passo que sua segunda viagem prendeu-se ao recebimento da Medalha "Tamandaré", que lhe foi concedida pelo Ministério da Marinha; finalmente, em cumprimento a normas legais e regimentais procedeu às correições periódicas nas Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª Região, espalhadas numa área territorial que vai além do Estado de São Paulo.

No cumprimento de suas funções correcionais, embora constatasse geral normalidade na execução dos serviços, determinou esta Presidência a introdução de modificações julgadas convenientes ao aprimoramento dos trabalhos.

*

Criadas pela Lei 5 643/70 as nove Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital, de imediato esta Presidência empenhou-se no trabalho de obter um imóvel capaz de recebê-las condignamente.

Essa preocupação, esclareça-se resulta de possuir o edifício onde se acham funcionando as atuais 23 Juntas, espaço dimensionalmente reduzido para a instalação de mais nove.

Consciente, entretanto, da urgência de funcionamento desses novos órgãos, mercê, sobretudo, do pesado volume reclamatório que atinge a 2ª Região, esta Presidência passou prontamente, a acionar todos os dispositivos viáveis à obtenção de outro prédio.

Os contactos embrionariamente mantidos com os Ministérios da Fazenda e Justiça bem ao final de 1971, e fortemente incentivados no decorrer de 1972, culminaram com a cessão provisò-



provisória pelo Banco Central do Brasil, à Justiça do Trabalho da 2ª Região, do edifício situado à Avenida Casper Líbero nº 595.

Ao receber o imóvel, houve o compromisso formal do cedente, no sentido de efetivar a transferência definitiva do prédio, nas condições previamente avençadas, tão logo liberada a verba indispensável à aquisição.

Concomitantemente, determinou esta Presidência aos setores administrativos do Tribunal, fossem tomadas as medidas iniciais, tendentes a reformar e adaptar o citado prédio aos fins a que se destinará.

Esses trabalhos, começados já ao findar-se o ano, concluir-se-ão provavelmente em fins do segundo semestre de 1973.

*

Na forma prevista no Regimento Interno deste Tribunal, na penúltima sessão que antecedeu ao término do mandato desta Presidência e da Vice-Presidência, reuniu-se a C. Corte com o propósito de proceder à eleição dos Juizes que viriam a ocupar tão honrosos cargos, durante o biênio seguinte.

Para a Presidência coube-me a elevada honra da reeleição. Para a Vice-Presidência que tinha como titular regimental o ilustre Juiz Dr. Gilberto Barreto Fragoso foi eleito o Dr. Gabriel Moura Magalhães Gomes - escolha esta das mais justas e merecidas, considerando-se a larga experiência, o notável saber jurídico e o passado ilibado desse eminente magistrado.

A solenidade de posse transcorreu no dia 15 de Setembro, sem a pretensão de maiores formalidades, que não as essenciais. Não obstante, estiveram presentes ao acontecimento, além de Juizes do Tribunal e das Juntas de Conciliação e Julgamento, membros das Justiça Comm e Federal, do Ministério Público do Trabalho, Advogados e outras autoridades representativas das áreas civil e militar.

No ensejo, os empossados foram saudados pelo Dr. Nelson Ferreira de Souza que, em nome dos Senhores Juizes desta E. Corte, teceu considerações gerais, alusivas à atuação desta Presidência à frente do Tribunal nos últimos cinco anos, e atinentes à personalidade do digno Juiz que assumia a Vice-Presidência.



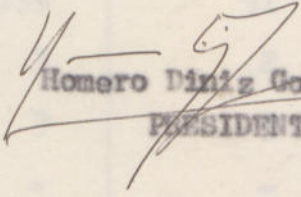
Ao findar-se a simples e breve cerimônia, esta Presidência fez uso da palavra para agradecer as múltiplas manifestações de apreço e confiança que, tão espontaneamente, acabavam de lhe ser tributadas.

*

Senhor Ministro-Presidente. Ao encerrar-se o presente Relatório, desejo expressar a V. Exa., bem como ao seu ilustre antecessor, Ministro Hildebrando Bisaglia, os melhores agradecimentos da Justiça do Trabalho da 2ª Região, pelas inumeráveis atenções invariavelmente recebidas no decurso de 1972.

Esta Presidência, consciente dos deveres e responsabilidades inerentes ao cargo, buscou encontrar, incessantemente, numa posição de serena equidistância dos interesses em litígio, as decisões que mais profundamente representassem a preservação dos direitos e da justiça.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exa. os meus protestos de mais elevado apreço e consideração.


Homero Diniz Gonçalves
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Dr. Mozart Victor Russomano
DD. Ministro-Presidente do E.
Tribunal Superior do Trabalho
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

= MOVIMENTO GERAL DOS PROCESSOS EM 1 972 =

- Anexo I -

E S P É C I E S	POR APRECIAR	ENTRADOS	T O T A L	ARQUIVADOS POR DESPACHO	T O T A L	APRECIADOS	POR APRECIAR
	EM 31/12/71	EM 1 972				EM 1 972	EM 1 972
Recursos ordinários	3 114	6 877	9 991	23	9 968	5 664	4 304
Dissídios coletivos	77	301	378	18	360	315	45
Mandados de segurança	20	46	66	-	66	54	12
Conflitos de jurisdição	2 (H)	20	22	-	22	21	1
Suspeições	-	1	1	-	1	-	1
Agravos de instrumento	92	238	330	2	328	229	99
Recursos de agravos de petição	1	-	1	1	-	-	-
Ações rescisórias	20	66	86	19	67	61	6
Recursos ex-officio	96	208	304	-	304	143	161
Exceções de incompetência	2	-	2	-	2	2	-
Agravos de instrumento em agravos de petição.	-	35	35	1	34	30	4
Impugnações de vogais	5	-	5	-	5	-	5
Agravos de petição	300	1 018	1 318	5	1 313	877	436
Recursos ex-officio em agravos de petição.	-	2	2	2	-	-	-
Pedidos de correição	39	94	133	-	133	91	42
Suspensões de reajuste salarial	-	4	4	1	3	2	1
Recursos revisionais	-	5	5	2	3	3	-
Habeas corpus	-	1	1	1	-	-	-
S U B - T O T A L		+ 6 + 1				7 492	
Embargos declaratórios	-	-	-	-	-	36	-
Processos julgados novamente.	-	-	-	-	-	140	-
T O T A I S	3 768 3 761	8 916 8 923	12 684	75	12 609	7 668	5 117

Emenda. e H. 7 porca. por apreciar na coluna dos autôres.

ESPECIES E DECISÕES		TOTAL
a) RESUMOS	1. Audiências do Presidente	165
	2. Sessões realizadas	195
	3. Processos recebidos	8 916
	4. Processos entrados em pauta	7 436
	5. Nº de recorrentes protocolados	18 044
	6. Desistências	153
	7. Processos convertidos em diligência.....	613
	8. Processos adiados	230
	9. Nº de papéis protocolados	20 611
	10. Processos solucionados	7 668
b) RECURSOS	1. Não providos	3 091
	2. Providos	992
	3. Providos em parte	800
	4. Não conhecidos	310
	5. Anulados	18
	6. Desistências	10
	7. Remetidos ao T.F.R.	3
	8. Processos com 2 recursos	561
		5 785
c) DISSÍDIOS COLETIVOS	1. Homologados	157
	2. Não providos	14
	3. Providos	138
	4. Providos em parte	11
	5. Não homologados	2
	6. Carecedor de ação	1
	7. Acolhida a preliminar	1
		324
d) MANDADOS DE SEGURANÇA	1. Improcedentes	37
	2. Procedentes	12
	3. Homologada a desistência	3
	4. Não conhecidos	2
		54
e) AÇÕES RESCISÓRIAS	1. Improcedentes	31
	2. Procedentes	14
	3. Procedentes em parte	1
	4. Carecedor de ação	7
	5. Homologada a desistência	2
	6. Não conhecidos	6
		61
f) CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	1. Procedentes	6
	2. Improcedentes	7
	3. Conhecidos	3
	4. Acolhidos	1
	5. Remetidos ao T.F.R.	4
		21
g) AGRAVOS DE INSTRUMENTO	1. Providos	60
	2. Providos em parte	1
	3. Não providos	130
	4. Não conhecidos	40
		231
h) AGRAVOS DE PETIÇÃO	1. Providos	181
	2. Providos em parte	80
	3. Não providos	478
	4. Não conhecidos	146
		885
i) AGR. DE INSTRUMENTO EM AGR. DE PETIÇÃO	1. Não providos	20
	2. Providos	7
	3. Não conhecidos	3
		30
j) RECURSOS EX-OFICIO	1. Anulados	6
	2. Não providos	98
	3. Providos	35
	4. Providos em parte	6
		143
l) EXCEÇÕES DE INCOMPETÊNCIA	1. Improcedente	2
		2
m) EMBARGOS EM RECURSOS	1. Providos	13
	2. Não providos	14
	3. Providos em parte	3
		30
n) EMBARGOS EM AGRAVO DE PETIÇÃO	1. Não homologados	1
	2. Não conhecidos	2
	3. Conhecidos	1
		4

ESPÉCIES E DECISÕES		TOTAL
o) EMBARGOS EM AÇÕES RESCISÓRIAS	1. Rejeitados	1
p) EMBARGOS EM DISSÍDIOS	1. Procedentes	1
q) PEDIDOS DE CORREIÇÃO		91
r) SIBP. R. SALARIAL		2
s) RECURSOS REVISIONAIS		3
TOTAL GERAL DOS PROCESSOS JULGADOS EM 1 972		7 668

I - RECURSOS (5 103 + 561 com 2 recursos + 121 julgados novamente = 5 785)					
a)	Providos	514	425		
b)	Providos julgados novamente	33	20	992	
c)	Providos em parte	472	316		
d)	Providos em parte julgados novamente.....	9	3	800	
e)	Não providos	1 657	1 383		
f)	Não providos julgados novamente..	38	13	3 091	
g)	Não conhecidos	154	151		
h)	Não conhecidos julgados novamente	2	3	310	
i)	Amulados	16	2	18	
j)	Desistências	10		10	
l)	Remetidos ao T.F.R.	3		3	
	T O T A I S	2 908	2 316	5 224	
m)	Processos com dois recursos				
a)	Providos	101	100	201	
b)	Providos em parte	125	99	224	
c)	Não providos	272	334	606	
d)	Não conhecidos	63	28	91	
	T O T A I S	561	561	561	
	T O T A L G E R A L				5.785
II - DISSÍDIOS COLETIVOS (315 + 9 julgados novamente = 324)					
a)	Homologados		153	153	
b)	Homologados julgados novamente...		4	4	
c)	Não homologados		2	2	
d)	Procedentes		133	133	
e)	Procedentes julgados novamente...		5	5	
f)	Procedentes em parte		11	11	
g)	Improcedentes		14	14	
h)	Carecedor de ação		1	1	
i)	Acolhida a preliminar		1	1	
	T O T A I S		324	324	324
III - MANDADOS DE SEGURANÇA					
a)	Improcedentes		37	37	
b)	Procedentes		12	12	
c)	Homologada a desistência		3	3	
d)	Não conhecidos		2	2	
	T O T A I S		54	54	54
IV- AÇÕES RESCISÓRIAS					
a)	Improcedentes		31	31	
b)	Procedentes		14	14	
c)	Procedentes em parte		1	1	
d)	Carecedor de ação		7	7	
e)	Homologada a desistência		2	2	
f)	Não conhecidas		6	6	
	T O T A I S		61	61	61

D E C I S Õ E S	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	T O T A L
V - CONFLITOS					
a) Procedentes			6	6	
b) Improcedentes			7	7	
c) Conhecidos			3	3	
d) Acolhidos			1	1	
e) Remetidos ao T.F.R.....			4	4	
T O T A I S			21	21	21
VI - AGRAVOS DE PETIÇÃO (877 + 8 julgados novamente = 885)					
a) Providos	105	72			
b) Providos julgados novamente....	4	-		181	
c) Providos em parte	54	26		80	
d) Não providos	344	132			
e) Não providos julgados novamente	2	-		478	
f) Não conhecidos	86	58			
g) Não conhecidos julg.novamente..	2	-		146	
T O T A I S	597	288		885	885
VII - AGRAVOS DE INSTRUMENTO (229 + 2 julgados novamente = 231)					
a) Providos	39	20			
b) Providos julgados novamente....	1	-		60	
c) Não providos julgados novamente	-	1			
d) Não providos	92	37		130	
e) Não conhecidos	27	13		40	
f) Procedentes em parte	-	1		1	
T O T A I S	159	72		231	231
VIII - AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO					
a) Não providos	17	3		20	
b) Providos	5	2		7	
c) Não conhecidos	1	2		3	
T O T A I S	23	7		30	30
IX - RECURSOS EX-OFFICIO					
a) Anulados			6	6	
b) Não providos	85	13		98	
c) Providos	25	8		33	
d) Providos em parte	6	-		6	
T O T A I S	116	21	6	143	143
X - EXCEÇÕES DE INCOMPETÊNCIA					
a) Improcedentes			2	2	
T O T A I S			2	2	2
XI - EMBARGOS EM RECURSOS					
a) Providos	12	1		13	
b) Não providos	6	8		14	
c) Providos em parte	2	1		3	
T O T A I S	20	10		30	30

D E C I S Õ E S	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	T O T A L
XII - EMBARGOS EM AGRAVO DE PETIÇÃO					
a) Não Homologado	1	-		1	
b) Não conhecidos	1	1		2	
c) Conhecidos	1	-		1	
T O T A I S	3	1		4	4
XIII - EMBARGOS EM AÇÕES					
a) Rejeitados	1			1	
T O T A I S	1			1	1
XIV - EMBARGOS EM DISSÍDIOS					
a) Procedentes		1		1	
T O T A I S		1		1	1
XV - OUTROS JULGAMENTOS					
a) Pedidos de correição			91	91	
b) Suspensão de reaj. salarial....			2	2	
c) Recursos revisionais			3	3	
T O T A I S			96	96	96
TOTAL GERAL DOS PROCESSOS JULGADOS EM 1 9 7 2					7 668

= PROCESSOS POR JULGAR E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA =

- Anexo VII -

E S P É C I E S	P R O C U R A D O R I A				COM OS JUÍZES	EM PAUTA	AGUAR- DANDO PAUTA	ADIADOS	DILI - GÊNCIA	AGUAR- DANDO DISTRI- BUIÇÃO	EM INS- TRUÇÃO	AGUARDAN- DO	TOTAL	
	EM SEU PODER EM 30/ 11 /72	ENTRE- GUES EM DE- ZEMBRO	TOTAL	DEVOL- VIDOS										EM SEU PODER 30/12/ 1 972
Recursos	2 955	356	331	445	2 866	1 532	-	-	7	-	10	-	-	4 415
Dissídios	25	22	47	28	19	7	-	-	-	-	-	-	-	26
Agravos de instrumento....	71	19	90	12	78	16	-	-	4	-	5	-	-	103
Mandados de segurança....	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Conflitos	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
Impugnações de vogais....	3	3	3	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	5
Ações rescisórias.....	4	-	4	-	4	47	-	-	-	-	-	-	-	51
Exceções de incompetência	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	8
Exceção: suspeição.....	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Recursos ex-officio.....	104	10	114	2	112	27	-	-	-	-	-	-	-	139
Agravo de petição	225	53	278	64	214	161	-	-	8	-	10	-	-	393
Ag.instrum/Agr.Petição....	5	1	6	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Pedidos de correição.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	42
T O T A L	3 393	461	3 854	552	3 302	1 825	-	-	19	-	25	-	42	5 213

* em diligência

- PROCESSOS ENVIADOS À EXECUÇÃO - 1972 -

- Anexo VIII -

ESPECIES	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DA CAPITAL	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO FORA DA SEDE	J U Í Z O S	T O T A I S
Recursos Ordinários	727	2 130	1 075	3 932
Agravos de Instrumento	130	74	50	254
Agravos de Petição	579	241	130	950
Cartas de Sentença	128	51	23	202
Conflitos de Jurisdição	2	1	15	18
Recursos Ex-Ofício	9	107	42	158
Pedidos de Correição	40	34	13	87
Recursos de Agravos de Petição...	-	4	-	4
Agravos Instr.em Agravos Petição.	10	9	11	30
Agr.Instr./Rec.Revista (TST).....	299	78	27	404
Agr.Instr./Agr.Petição (STF).....	6	2	-	8
Exceções de suspeição	-	-	1	1
T O T A I S	1 930	2 731	1 387	6 048

= MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO =

- Anexo IX -

= DA SEGUNDA REGIÃO - 1972 =

E S P É C I E S	RECURSOS DE REVISTA				RECURSOS ORDINÁRIOS				AGRAVO DE INSTRUMENTO				EMBARGOS DECLARATÓRIOS				
	ENTRA-	N/RE-	RECE-	REJE -	ENTRA-	N/RE-	RECE-	REJE -	ENTRA-	N/RE-	RECE-	REJE -	POR	ENTRA-	RECE-	APRE-	POR
	DOS	BIDOS	BIDOS	TIDOS	DOS	BIDOS	BIDOS	TIDOS	DOS	BIDOS	BIDOS	TIDOS	APRE-	DOS	BIDOS	DOS	CIAR
			1 972				1 972				1972	1971					
Recursos ordinários	2 470	480	1 990	2 090	-	-	-	-	400	-	400	724	14	36	50	30	20
Agravos de instrumento	11	1	10	21	-	-	-	-	3	-	3	2	1	1	2	-	2
Agravos de petição	37	31	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	4	6
Mandados de segurança	-	-	-	-	20	-	20	19	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Recursos ex-officio	28	1	27	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agr.Instr.em Agr.de Petição.	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Dissídios coletivos	-	-	-	-	102	-	102	109	-	-	-	-	4	1	5	1	4
Ações rescisórias	-	-	-	-	38	-	38	35	-	-	-	-	3	-	3	1	2
Conflitos de jurisdição	-	-	-	-	5	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	2 546	513	2 033	2 151	165	-	165	168	403	-	403	726	24	48	72	36	36

= SERVICO JUDICIARIO =

SERVICO DE COMUNICACOES

Papéis protocolados	20 611
Listas de correspondência	672
Remessa de processos	47
Ofícios expedidos	338
Telegramas expedidos	11
Processos recebidos do TST e STR	2 858
Processos remetidos ao Arquivo Geral	411
Recorrentes protocolados	18 014
Cartas precatórias e processos da DRT enviados ao Distribuidor	1 029
Processos enviados à Procuradoria.....	8 795

- Anexo X -

= SERVICO ADMINISTRATIVO =

= ALMOXARIFADO =

ENTRADAS

Requisições das JCs da Capital	457
Requisições Fora da Sede.....	245
Requisições do Tribunal	299
Ofícios das Juntas da Capital..	36
Ofícios Fora da Sede	340
Telegramas Fora da Sede	249
Memorandos da Comissão de Compras	59

SAIDAS

Notas de fornecimento.....	4 688
Telegramas	538
Mapas	225
Guia de remessa ao Correio	99
Despachos	116

= SERVICO DE MANUTENCAO =

Ordens de Serviço

Expedidas	305
Cumpridas	248
Para cumprir	23
Canceladas	34
<u>Compras efetuadas</u>	40
No valor de R\$716,52 no período de 6-10 a 26 de dezembro de 1972.-	

Memorandos recebidos.....	7
Memorandos expedidos	1
Ofícios recebidos	8

= SERVICO DO MATERIAL =

Notas de Recolhimento de material	79
Notas de Transferência de material	173
Termos de responsabilidade iniciais.....	2
Termos de responsabilidade complementares	620
Autorização de saída de material	12 -
Rol para a Lavanderia	45 -
Impressos confeccionados (corte e impres)	3.651.900
Corte de papel (carbono e cópia).....	1.223.500
Ordens de serviço expedidas aos Artifices	1.558
Ofícios expedidos	19
Memorandos expedidos	269
Ofícios recebidos	257
Memorandos recebidos	13
Material Permanente,escritura e tombado..	3.103
Matrizes confeccionadas	117
Volumes encadernados	375
Material bibliografico,escrit.e tombado..	97

= SERVIÇO DO PESSOAL =

Processos da Seção	212
Atos	157
Portarias	691
Elaboração de cadastros Pessoal Justiça	394
Conferência de cadastros	884
Cartões de Ponto	5 412
Apostilas em títulos	200
Anotações em Fichas Funcionais	15 100
Informações comerciais	350
Registros de Atos	88
Termos de Posse	28
Termos de Exercício	21
Termos de Posse e Exercício	29
Lista de Promoção de Funcionários	4
Ofícios expedidos	485
Carteiras de Identidade de Magistrado	24
Carteiras funcionais	118
Informações ao S.P.E.P.P.	410
Contagens de Tempo de Serviço	390

=SERVIÇO DE PREPARAÇÃO E EXPEDIENTE DE PAGAMENTO DO PESSOAL=

Boletins de Alteração	5 118
C e r t i d õ e s	971
Cheques de depósitos de Juizes Ativos e Inat.	1 922
Cheques de depósitos de Funcionários Ativos e Inativos	10 114
Cheques de depósitos de Vogais	1 389
Fichas do Banco do Brasil	49
Fichas Financeiras	1 196
Folha de Pagamento de Diárias de Juizes.....	37
Folha de Pagamento de Diárias de Funcionários	14
Folha de Pagamento de Substituição de Juizes.	15
Folha de Pagto de Subst. de Funcionários.....	13
Folha de Pagamento de Serv.Extraordinários....	17
Folha de Pagamento de Auxílio-Doença	6
Informações	125
Ofícios expedidos	739
Memorandos expedidos	239
PASEP - Cartões de Inscrição	880
Processos	20

- C O M I S S Ã O D E C O M P R A S -

Protocolos	995
Inscrição de Fornecedores	57
Autorizações de Compras.....	48
Contratos de Locação	16
C o n v i t e s	30
Tomadas de preços	12
Compras Diretas	227
P e d i d o s	308
E m p e n h o s	447
Remessa de Faturas	1 114
Ofícios expedidos	415
Memorandos	59
Guias de Depósito de Caução	100
T e l e g r a m a	1

=SERVIÇO DE ORÇAMENTO E CONTROLE DE PAGAMENTO (SOCP) =

Ofícios Expedidos	701
Notas de Empenho deduzidas ou expedidas.....	664
Notas de Empenho Anulação	67
I n f o r m a ç õ e s	101
Guias de Recolhimento	17
Cheques emitidos	1 140
Prestação de Contas	1
Tomada de Contas	1
Proposta Orçamentária	1
Balancetes	46
Folhas de Pagamento	149
Preparo de Contas para Pagamento	1 169
Fichas de Contabilidade expedidas	3 682
Lançamentos correspondentes	29 456

= PROTOCOLO GERAL =

D A S

= JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DA CAPITAL =

- Anexo XII -

= E S T A T Í S T I C A - 1 9 7 2 =

J U N T A S	1 9 7 1	1 9 7 2
1a. J U N T A	2 225	6 757
2a. J U N T A	1 673	5 490
3a. J U N T A	2 106	7 063
4a. J U N T A	2 217	6 089
5a. J U N T A	2 100	7 302
6a. J U N T A	1 682	5 167
7a. J U N T A	1 782	5 475
8a. J U N T A	1 850	5 779
9a. J U N T A	2 373	7 221
10a. J U N T A	1 965	5 916
11a. J U N T A	2 114	6 827
12a. J U N T A	2 079	6 023
13a. J U N T A	2 053	5 609
14a. J U N T A	2 060	6 626
15a. J U N T A	1 990	5 851
16a. J U N T A ::::.....	2 217	7 027
17a. J U N T A	2 262	6 847
18a. J U N T A	2 387	6 682
A19a. J U N T A	1 962	5 561
20a. J U N T A	2 463	7 212
21a. J U N T A	1 799	6 444
22a. J U N T A	1 902	5 999
23a. J U N T A	2 246	6 451
TOTAL G E R A L	47 507	145 418

Dias Trabalhados

79

255

Média

602

570

= RESUMO GERAL =

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE PROCESSOS	VALOR EM ₧ SUB-TOTAL	VALOR EM ₧ TOTAL
Processos recebidos	9 231	---	---
Processos devolvidos	7 686	---	---
Saldo de processos que passou para 1973	1 545	---	---

Principal	---	₧ 14 152 031,46	
Juros de mora	---	₧ 2 610 034,13	
Correção monetária (DL 75 de 21-11-66).	---	₧ 10 115 720,05	₧ 26 877 785,64
<u>Custas</u>			
Processuais		₧ 368 456,69	
Da conta de liquidação		₧ 14 403,61	₧ 382 860,30
TOTAL GERAL	---		₧ 27 260 645,94

= SALA DOS OFICIAIS DE JUSTICA =

200

= MOVIMENTO GERAL DE 1972 =

- Anexo XIV -

M A N D A D O S	CUMPRIDOS
Citações	23 438
Penhoras	14 215
Remoções	757
Reforços de penhoras	1 467
Reintegrações	79
Buscas e apreensões	260
Levantamentos de penhoras	59
Verificações (constatação)	90
Condução coercitiva	40
Intimações de testemunhas	330
Penhoras no rosto dos autos	3
Prisões	4
Inscrições de Penhoras no Registro de Imóveis.	4
Notificações de AUDIÊNCIA	20 251
Notificações de DESPACHO	5 313
Notificações de DECISÃO	3 309
Notificações de CUSTAS	1 506
Notificações de CONTRA-RAZÕES	8
Notificações do T.R.T.	1 253
Cartas precatórias AUDIÊNCIA	3 697
Cartas precatórias DECISÃO	502
Cartas precatórias EXECUTÓRIA	408
Cartas precatórias DESPACHO	133
T O T A L G E R A L	77 126

= MOVIMENTO ANUAL DE 1963 a 1972 =

MANDADOS CUMPRIDOS	1 963	1 964	1 965	1 966	1 967	1 968	1 969	1 970	1 971	1 972	TOTAL
		34 461	33 469	39 358	47 199	58 875	60 220	77 069	86 137	80 119	77 126

J U N T A S	CARTAS	PRECATÓRIAS	HOMOLOGAÇÕES OPÇÃO		E S C R I T A S		V E R B A I S		I N Q U É R I T O		R E T R A T A Ç Ã O		T O T A L D A S J U N T A S	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROC.	RTES.	PROC	RTES.	PROC.	RECLAMANTES
1a.	289	431	366	366	1 787	2 280	669	713	3	3	-	-	3 114	3 793
2a.	287	526	366	366	1 798	2 302	659	699	2	2	-	-	3 112	3 895
3a.	287	375	366	366	1 779	2 169	678	719	1	1	-	-	3 111	3 630
4a.	287	476	366	366	1 822	2 372	628	672	7	7	-	-	3 110	3 893
5a.	287	488	366	366	1 789	2 328	665	691	3	3	-	-	3 110	3 876
6a.	288	424	366	366	1 789	2 234	663	695	4	4	-	-	3 110	3 723
7a.	287	377	366	366	1 787	3 262	664	698	6	6	-	-	3 110	4 709
8a.	288	428	365	365	1 791	2 008	659	706	6	6	-	-	3 109	3 513
9a.	288	529	365	365	1 796	2 676	660	687	-	-	-	-	3 109	4 257
10a.	289	512	365	365	1 797	2 352	657	715	2	2	-	-	3 110	3 946
11a.	289	432	365	365	1 814	2 311	639	691	1	1	-	-	3 108	3 800
12a.	289	493	365	365	1 790	2 211	662	698	1	1	1	1	3 108	3 769
13a.	289	744	365	365	1 790	2 328	660	690	4	4	1	1	3 109	4 132
14a.	288	487	365	365	1 791	2 916	661	689	3	3	-	-	3 108	4 460
15a.	289	527	365	365	1 787	2 123	663	706	6	6	-	-	3 110	3 727
16a.	289	538	365	365	1 785	2 418	667	706	4	4	-	-	3 110	4 031
17a.	289	417	366	366	1 781	2 767	671	725	5	5	-	-	3 112	4 280
18a.	288	589	366	366	1 782	2 455	670	721	3	3	-	-	3 109	4 134
19a.	289	515	366	366	1 783	2 729	666	694	6	6	-	-	3 110	4 310
20a.	289	384	366	366	1 784	2 259	668	697	2	2	-	-	3 109	3 708
21a.	288	451	367	367	1 812	2 388	635	682	7	7	-	-	3 109	3 895
22a.	289	493	367	367	1 789	2 179	672	710	2	2	1	1	3 111	3 752
23a.	288	383	367	367	1 793	2 123	659	702	3	3	-	-	3 110	3 578
TOTAL	6 630	11 019	8 412	8 412	41 207	55 190	15 195	16 106	81	81	3	3	71 528	90 811

= QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS =

- Anexo XVI -

= DISTRIBUIDOS NO PERÍODO DE 1 941 a 1 972 =

M E S E S	A N O S							TOTAL GERAL
	1 941 / 1 945	1 946 / 1 950	1 951 / 1 955	1 956 / 1 960	1 961 / 19 65	1 966 / 1 971	1 9 7 2	
JANEIRO	1 902	4 682	7 419	12 480	20 026	33 542	6 276	86 327
FEVEREIRO	1 375	4 089	7 056	12 285	18 216	31 902	5 720	80 643
MARÇO	2 094	4 473	8 393	13 315	20 114	37 761	6 962	93 112
ABRIL	1 786	3 958	7 185	12 097	19 290	32 744	6 513	83 573
MAIO ; ; ;	1 810	4 290	7 599	11 536	20 420	33 818	7 014	86 487
JUNHO	2 004	3 664	7 456	10 977	18 911	31 881	6 765	81 658
JULHO	2 304	3 912	8 864	11 805	20 921	34 163	5 806	87 775
AGOSTO	2 903	3 713	7 987	11 515	20 334	35 265	6 438	88 155
SETEMBRO	2 907	3 549	7 727	11 156	19 713	33 628	5 155	83 835
OUTUBRO	4 122	3 937	7 656	11 712	21 221	35 448	5 976	90 072
NOVEMBRO	2 517	3 559	7 682	10 624	19 177	32 690	5 387	81 636
DEZEMBRO	2 281	3 723	7 638	10 491	18 644	32 207	3 516	78 500
TOTAL	28 005	47 549	92 662	139 993	236 987	405 049	71 528	1 021 773

1 021 773

TOTAL das reclamações entra-
das desde a instalação da
"JUSTIÇA DO TRABALHO" até 19
de dezembro de 1 972

- DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL -

= CONFRONTA COM O ANO DE 1971 NO QUE SE REFERE AO NÚMERO DE PROCESSOS E RECLAMANTES ATENDIDOS =

- Anexo XVII -

OBJETOS	1 9 7 1		1 9 7 2		DIFERENÇAS	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
Cartas precatórias ...	6 568	12 417	6 630	11 019	+ 62	- 1 398
Escritas	34 385	46 128	41 291	55 274	+ 6 906	+ 9 146
Homologações Opções...	11 470	11 470	8 412	8 412	- 3 058	- 3 058
Verbais	25 982	27 604	15 195	16 106	- 10 787	- 11 498
T O T A L	78 405	97 619	71 528	90 811	- 6 877	- 6 808

CONFRONTO DOS PROCESSOS DISTRIBUIDOS POR OBJETO	A N O S		D I F E R E N Ç A S	
	1 9 7 1	1 9 7 2	+ OU	-
Inquéritos	110	81	-	29
Cartas precatórias	6 568	6 630	+	62
Homologações Opção	11 470	8 412	-	3 058
Indenização, aviso prévio, férias, sal.13 ^{os} meses	60 257	56 405	-	3 852
T O T A L	78 405	71 528	-	6 877

= DISTRIBUIÇÃO DE SANTOS =

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1 972 =

- Anexo XVIII -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1a. JUNTA		2a. JUNTA		3a. JUNTA		TOTAL	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Divisão Regional do Trabalho	67	67	59	59	65	65	191	191
Cartas precatórias.....	100	148	100	112	99	121	299	381
Escritas	1 518	1 900	1 526	1 923	1 529	1 708	4 573	5 531
Verbais	387	401	385	421	375	403	1 147	1 225
TOTAL	2 072	2 516	2 070	2 515	2 068	2 297	6 210	7 328

= MOVIMENTO ANUAL - 1 954 a 1 972 =

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1 954		1 955		1 956		1 957		1 958		1 959		1 960		1 961		1 962		1 963	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1a. JUNTA	330	603	709	1 421	1 186	1 684	1 302	1 915	1 251	3 037	1 413	1 969	1 183	1 747	1 232	1 803	1 435	3 162	2 016	3 165
2a. JUNTA	453	1 161	710	1 820	1 184	1 957	1 292	1 447	1 246	2 328	1 411	1 858	1 180	1 347	1 229	1 640	1 431	1 810	2 016	4 420
TOTAL	783	1 764	1 419	3 241	2 370	3 641	2 594	3 362	2 497	5 365	2 824	3 827	2 363	3 094	2 461	3 443	2 866	4 972	4 032	7 585

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1 964		1 965		1 966		1 967		1 968		1 969		1 970		1 971		1 972		TOTAL	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1a. JUNTA	1 976	2 326	2 215	5 033	2 091	3 381	2 787	7 912	5 115	3 901	6 824	8 675	5 033	7 205	3 395	4 201	2 072	2 516	43565	65656
2a. JUNTA	1 969	2 488	2 212	2 897	2 092	3 268	2 787	4 374	5 431	3 903	6 816	7 998	5 029	5 562	3 395	4 143	2 070	2 515	43953	56936
3a. JUNTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	678	760	2 068	2 297	2746	3057
TOTAL	3 945	4 814	4 427	7 930	4 183	6 649	5 574	12286	10546	7 804	13640	16673	10062	12767	7 468	9 104	6 210	7 328	90264	125649

(*) A partir do dia 1º de abril, data em que esta Distribuição começou a funcionar.

- DISTRIBUIÇÃO DE CURTIBA -

- RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1972 -

- Anexo XIX -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1a. JUNTA		2a. JUNTA		3a. JUNTA		TOTAL DAS JUNTAS	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Verbais	1 109	1 176	1 110	1 181	776	831	2 995	3 188
Escritas	1 135	1 258	1 133	1 635	795	1 016	3 063	3 909
Cartas Precatórias	143	409	143	297	105	254	391	960
Dissídios	5	5	5	5	3	3	13	13
Lei nº 5107/66	474	474	470	470	331	331	1 275	1 275
T O T A L	2 866	3 322	2 861	3 588	2 010	2 435	7 737	9 345

- MOVIMENTO ANUAL - 1962 a 1972 -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1 962 (*)		1 963		1 964		1 965		1 966		1 967	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1a. JUNTA	26	26	2 742	3 104	3 473	3 879	3 995	4 471	4 306	5 216	5 396	5 924
2a. JUNTA	26	30	2 799	3 452	3 352	3 927	4 048	4 611	4 248	4 947	5 609	6 038
T O T A L	52	56	5 541	6 556	6 825	7 806	8 043	9 082	8 554	10163	11005	11962

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1 968		1 969		1 970		1 971		1 972		TOTAL	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1a. JUNTA	6 829	7 412	9 104	9 710	5 549	6 151	3 690	4 457	2 866	3322	47976	53672
2a. JUNTA	6 633	7 322	9 094	9 714	5 543	6 096	3 689	4 582	2 861	3588	47902	54307
3a. JUNTA	-	-	-	-	-	-	-	-	2 010	2435	2010	2435
T O T A L	13462	14734	18198	19424	11092	12247	7 379	9 039	7 737	9 345	97888	110414

(*) A partir do dia 20 de dezembro de 1962, data em que esta Distribuição começou a funcionar.

= DISTRIBUIÇÃO DE SANTO ANDRÉ =

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUIDAS EM 1972 =

- Anexo XX -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTO ANDRÉ	1a. JUNTA		2a. JUNTA		T O T A L	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Cartas precatórias	308	330	310	351	618	681
Homologações	572	572	572	572	1 144	1 144
Escritas	1 042	1 184	1 029	1 881	2 071	3 065
Verbais	437	521	452	503	889	1 024
T O T A L	2 359	2 607	2 363	3 307	4 722	5 914

= M E S E S =	C A P I T A L		F O R A D A S E D E		T O T A L	
	IMPORTÂNCIA @..	GUIAS	IMPORTÂNCIA @..	GUIAS	IMPORTÂNCIA @..	GUIAS
JANEIRO	119 357,04	2 364	86 775,51	1 374	206 132,55	3 738
FEVEREIRO	145 150,49	2 812	77 854,77	1 451	223 005,26	4 263
MARÇO	188 659,49	3 177	86 538,92	1 720	275 198,41	4 897
ABRIL	146 742,25	3 177	82 271,62	1 650	229 013,87	4 827
MAIO	208 624,68	3 592	99 066,69	1 749	307 691,37	5 341
JUNHO	199 118,41	3 475	107 474,58	1 713	306 592,99	5 188
JULHO	207 455,94	3 680	111 877,23	1 753	319 333,17	5 433
AGOSTO	258 484,02	4 061	107 836,03	1 854	366 320,05	5 915
SETEMBRO	199 511,57	3 393	86 815,08	1 598	286 326,65	4 991
OUTUBRO	227 190,00	3 786	120 892,27	1 786	348 082,27	5 572
NOVEMBRO	185 974,00	3 248	105 451,06	1 670	291 425,06	4 918
DEZEMBRO	165 035,00	2 367	73 609,42	1 331	238 644,42	3 698
TOTAL GERAL	2 251 302,89	39 132	1 146 463,18	19 649	3 397 766,07	58 781

= QUADRO COMPARATIVO - R E S U M O =

A N O S	VALOR ARRECADADO @..	GUIAS
ANO DE 1968	@ 965 058,48	39 758
ANO DE 1969	@ 1 275 741,06	41 389
ANO DE 1970	@ 1 908 206,67	43 757
ANO DE 1971	@ 2 614 524,54	52 837
ANO DE 1972	@ 3 397 766,07	58 781
TOTAL GERAL ...	@ 10 161 296,82	236 522

- SITUACÃO PROCESSUAL EM 1 972 -

- Anexo XXII -

= JUNTAS =	RECLAMAÇÕES VINDAS DO ANO ANTERIOR		RECLAMAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O ANO DE 1 972		TOTAL A JULGAR		JULGADOS EM 1 972		RECLAMAÇÕES PENDENTES PARA 1 972	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
1a. JUNTA	1 212	3 050	3 115	3 790	4 327	6 810	3 021	3 471	1 306 ✓	3 369
2a. JUNTA	¹⁰²⁶ 1 112	1 643	3 112	3 896	⁴¹²⁷ 4 232	6 211	3 267	3 967	⁸⁷¹ 935	1 581
3a. JUNTA	²¹¹³ 1 924	2 993	3 084	3 602	⁵¹⁹⁷ 5 008	6 595	3 195	3 583	²⁰⁰² 1 813	3 012
4a. JUNTA	1 575 ✓	3 674	3 110	3 920	4 685	7 594	3 249	4 445	1 436	3 149
5a. JUNTA	1 749 ✓	2 591	3 110	3 969	4 859	6 560	3 540	3 945	1 319	2 615
6a. JUNTA	¹⁷⁷⁵ 1 225	3 408	3 110	3 723	⁴⁸⁸⁵ 4 335	7 131	3 177	3 808	¹⁷⁰⁸ 1 158	3 323
7a. JUNTA	⁶²⁸⁶ 2 045	3 860	3 109	4 639	⁹⁹⁹⁵ 5 154	8 499	2 279	3 304	²⁷¹⁶ 2 330	4 031
8a. JUNTA	³³⁷⁵ 2 036	2 815	3 110	3 544	⁶⁴⁸⁵ 5 146	6 359	3 021	3 357	³⁴⁶⁴ 1 836	2 533
9a. JUNTA	1 880 ✓	4 911	3 111	4 267	4 991	9 178	3 548	4 045	1 443 ✓	5 133
10a. JUNTA	²⁴⁸⁹ 1 263	3 126	3 110	4 007	⁵⁵⁹⁹ 4 373	7 133	3 060	3 696	²⁵³⁹ 1 024	2 923
11a. JUNTA	¹⁵⁹⁵ 1 132	1 820	3 108	3 800	⁴⁷⁰³ 4 240	5 620	3 507	4 209	¹¹⁹⁶ 733	1 411
12a. JUNTA	1 892 ✓	2 397	3 108	3 595	5 000	5 992	3 572	4 183	1 428 ✓	1 809
13a. JUNTA	³¹¹⁹ 2 485	3 111	3 108	4 162	⁶²²⁷ 5 593	7 273	2 849	3 776	³³⁷⁸ 2 744	3 497
14a. JUNTA	¹⁹²⁸ 1 817	2 996	3 108	4 444	⁵⁰³⁶ 4 925	7 440	3 341	4 018	¹⁶⁹⁵ 1 584	3 414
15a. JUNTA	1 702 ✓	2 699	3 110	3 728	4 812	6 427	2 948	3 635	1 864 ✓	2 792
16a. JUNTA	³³⁴² 2 420	6 222	3 100	4 029	⁶⁴⁴² 5 520	10 251	3 720	5 093	²⁷²² 1 800	5 158
17a. JUNTA	¹⁵³³ 1 438	5 800	3 113	4 260	⁴⁶⁴⁶ 4 551	10 060	3 676	4 081	⁹⁷⁰ 875	1 547
18a. JUNTA	¹³⁶⁷ 812	2 003	3 114	4 127	⁴⁴⁸¹ 3 926	6 130	3 179	3 746	¹³⁰² 477	2 374
19a. JUNTA	⁹⁴⁶ 914 ✓	1 548	3 113	4 425	⁴⁰²⁹ 4 027	5 973	3 338	4 073	⁶⁹¹ 689	1 900
20a. JUNTA	1 061 ✓	1 589	3 109	3 696	4 170	5 285	3 254	3 628	916 ✓	1 672
21a. JUNTA	²⁰⁴⁴ 1 689	2 876	3 109	3 902	⁵¹⁵³ 4 798	6 779	3 115	3 909	²⁰³⁸ 1 683	2 932
22a. JUNTA	²⁸⁹⁸ 1 884	4 551	3 087	3 740	⁵⁹⁸⁵ 4 971	8 291	2 664	2 949	³³²¹ 2007	4 806
23a. JUNTA	1 927 ✓	3 615	3 110	3 585	5 037	7 200	3 442	3 887	1 595 ✓	3 313
SUB-TOTAL(TOTAL DA SEDE)..	^{41.513} 37 194	73 298	71 478	90 851	108 680	164 821	73 992	88 808	^{47.029} 32 995	68 294

+110

130 941

73 962

- J U N T A S -	RECLAMAÇÕES VINDAS DO ANO ANTERIOR		RECLAMAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O ANO DE 1 9 7 2		TOTAL A JULGAR		JULGADOS EM 1 972		RECLAMAÇÕES PENDENTES PARA 1 9 7 2	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTE	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Americana	92	215	469	767	561	982	452	735	109	247
Araraquara	69	172	481	1 322	550	1 494	500	1 429	50	65
Barretos	77	180	386	548	463	728	392	567	71	161
Bauru	40 ⁶⁰	295	549	966	589 ⁶⁰⁹	1 261	524	840	65 ⁸⁵	458
Campinas	1 105 ¹¹⁷⁶	3 521	2 694	2 885	3 799 ³⁹⁷⁰	6 406	2 224	3 863	1 575 ¹⁶⁴⁶	3 804
Franca	41 ⁴⁰	72	574	717	615 ⁶⁴⁴	789	558	670	57 ⁵⁶	119
Guarulhos	505	777	1 865	2 152	2 370	2 929	1 675	1 990	695	939
Jundiaí	289	840	1 719	2 550	2 008	3 390	1 671	2 706	337	684
Limeira	169	241	1 149	1 888	1 318	2 129	1 212	1 921	106	208
Moji das Cruzes	392 ⁶⁵⁴	1 431	1 938	2 106	2 330 ²⁵⁹²	3 537	1 866	2 145	464 ²²⁶	1 392
Osasco	731 ⁸³³	810	1 524	1 911	2 255 ²³⁵⁷	2 721	1 456	1 774	799 ⁹⁰¹	947
Piracicaba	103 ²⁴⁹	420	813	2 069	916 ¹⁰⁶²	2 469	759	1 601	101 ³⁰³	613
Ribeirão Preto	103	275	1 544	1 931	1 647	2 206	1 556	1 864	91	342
Rio Claro	204	700	542	1 261	746	1 961	463	960	283	1 001
1a. de Santo André	236 ³²⁴	3 494	1 789	2 050	2 025 ²¹¹³	5 544	1 771	2 759	254 ³⁴²	2 774
2a. de Santo André	498 ¹²⁴	755	1 792	2 748	2 290 ¹⁹¹⁶	3 503	1 800	2 161	490 ¹¹⁶	1 342
1a. de Santos	886	2 339	2 075	2 503	2 961	4 842	2 466	4 128	495	714
2a. de Santos	612 ⁶⁰⁵	1 048	2 070	2 475	2 682 ²⁴²⁵	3 523	2 215	3 010	467 ⁴⁶⁰	513
3a. de Santos	147	208	1 619	1 895	1 766	2 103	1 458	1 703	308	400
São Bernardo do Campo	885	1 028	2 603	3 067	3 488	4 095	2 620	2 941	868	1 154
São Caetano do Sul	251 ⁴²⁰	1 466	1 276	1 833	1 527 ¹⁴⁹⁶	3 299	1 274	2 417	243 ⁴²²	882
São Carlos	83	106	1 191	1 797	1 274	1 903	1 196	1 780	78	123
São José dos Campos	107 ¹⁰⁶	283	1 024	1 278	1 131 ¹¹³⁰	1 561	1 001	1 324	130 ¹²⁹	237
Sorocaba	561	1 702	1 031	1 322	1 592	3 024	1 233	1 950	359	1 074
Taubaté	179 ¹⁷⁷	354	1 555	1 803	1 734 ¹⁷³²	2 157	1 620	1 937	144 ⁴²¹	220
1a. de Curitiba	1 406 ¹⁴⁰⁵	2 521	2 239	2 429	3 645 ³⁶⁴⁴	4 950	2 640	2 894	1 005 ¹⁰⁰⁴	2 056
2a. de Curitiba	1 219	2 215	2 232	2 803	3 451	5 018	2 506	2 891	945	2 127
3a. de Curitiba	-	-	1 561	1 794	1 561	1 794	989	1 003	572	734
Londrina	265	513	1 389	1 685	1 654	2 198	1 407	1 667	247	531
Paranaguá	55 ⁵⁹	68	384	441	439 ⁴⁴³	509	387	454	52 ⁵⁶	55
Ponta Grossa	45	69	520	794	565	863	507	741	58	122
União da Vitória	30	43	861	891	891	934	873	916	18	18
Corumbá	33	53	534	621	567	674	521	553	46	121
Cuiabá	200 ²¹⁸	223	634	668	834 ⁸⁵⁰	891	624	653	210 ²²⁸	238
SUB-TOTAL(FORA DA SEDE)..	11 618 ^{12 112}	28 437	44 626	57 970	56 244 ^{56 736}	86 387	44 416	60 947	11 762 ^{12 322}	26 415
TOTAL GERAL	48 812	101 735	116 104	148 821	164 924	251 208	118 408	149 755	44 757	94 709

= MOVIMENTO DE RECLAMAÇÕES E RECURSOS =

- Anexo XXIV -

= JUNTAS =	RECLAMAÇÕES ENTRADAS EM PAUTA		INCOMPETÊNCIA	FEITOS REMETIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	JULGAMENTOS ADIADOS	CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA		RECURSOS		
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	PROCESSOS	PROCESSOS	PROC.	MTES.	ORDINÁRIOS	AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGRAVO DE PETIÇÃO
1a. JUNTA	5 043	6 533	4	21	2 016	6	16	191	2	37
2a. JUNTA	4 391	5 408	1	1	1 418	6	6	120	8	18
3a. JUNTA	4 674	5 694	-	24	1 479	3	3	237	7	34
4a. JUNTA	4 726	6 109	20	20	1 759	-	-	118	7	24
5a. JUNTA	5 370	6 727	-	30	1 966	6	12	185	5	23
6a. JUNTA	4 658	6 255	4	10	1 480	-	-	103	5	16
7a. JUNTA	3 579	5 974	-	8	1 229	2	2	102	7	82
8a. JUNTA	5 066	6 086	3	12	2 045	-	-	124	3	24
9a. JUNTA	5 684	7 376	-	13	2 133	2	-	225	5	24
10a. JUNTA	4 951	7 425	-	29	1 891	-	-	268	5	23
11a. JUNTA	5 315	7 696	-	27	407	-	-	212	4	21
12a. JUNTA	5 048	7 324	4	14	1 750	2	2	146	11	13
13a. JUNTA	4 960	6 784	-	15	2 111	-	-	164	9	25
14a. JUNTA	4 371	7 325	2	11	1 873	-	-	109	2	23
15a. JUNTA	4 399	6 593	-	290	1 451	-	-	141	8	35
16a. JUNTA	4 945	6 199	1	43	637	6	6	192	13	31
17a. JUNTA	5 127	6 633	-	35	2 123	-	-	128	-	34
18a. JUNTA	4 982	8 578	4	36	1 803	-	-	232	7	31
19a. JUNTA	4 347	6 222	-	20	1 297	-	-	121	5	21
20a. JUNTA	5 028	5 991	-	29	2 029	-	-	268	12	49
21a. JUNTA	4 847	6 148	7	19	1 552	2	2	200	8	51
22a. JUNTA	4 409	6 398	-	24	1 745	-	-	188	9	20
23a. JUNTA	5 235	6 324	1	22	1 595	1	1	184	8	34
SUB-TOTAL (TOTAL DA SEDE)	111 155	151 802	31	1 144	37 789	36	50	3 958	150	693

= JUNTAS =	RECLAMAÇÕES ENTRADAS		INCOMPETÊNCIA	FEITOS REMETIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	JULGAMENTOS ADIADOS	CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA		RECURSOS		
	EM PAUTA					PROCESSOS	PROCESSOS	PROCESSOS	PROC.	RTES.
	PROCESSOS	RECLAMANTES								
Americana	769	1 460	-	10	317	-	-	36	-	4
Araraquara	957	3 042	9	1	457	1	2	65	5	8
Barretos	914	1 347	8	25	522	1	2	101	1	4
Bauru	1 157	3 870	2	-	632	-	-	51	3	11
Campinas	3 073	5 602	1	272	10	-	-	174	1	10
Franca	912	1 209	7	32	-	-	-	79	5	1
Guarulhos	2 761	3 322	-	412	1 086	4	4	115	4	10
Jundiaí	2 811	4 893	53	-	1 140	-	-	108	5	15
Limeira	1 775	5 221	2	81	563	-	-	41	-	-
Mogi das Cruzes ...	2 900	3 634	-	-	1 426	-	-	151	5	9
Osasco	1 820	2 428	3	533	-	-	-	100	1	-
Piracicaba	916	2 469	2	-	-	-	-	69	4	11
Ribeirão Preto	2 257	3 106	14	138	701	-	-	130	12	25
Rio Claro	1 388	3 319	-	2	824	12	25	109	1	4
1a. de Santo André.	2 380	5 937	3	319	609	5	5	59	1	6
2a. de Santo André.	2 395	3 854	-	25	897	-	-	61	3	-
1a. de Santos	3 801	6 492	3	12	1 335	-	-	188	5	12
2a. de Santos	3 791	5 806	3	12	1 576	-	-	202	8	15
3a. de Santos	2 458	3 284	-	14	995	-	-	66	3	-
S. Bernardo do Campo	3 629	4 398	-	-	66	-	-	94	1	17
S. Caetano do Sul...	1 340	3 641	-	2	404	-	-	79	7	10
São Carlos	2 021	3 376	1	-	825	-	-	98	-	9
São José dos Campos	1 718	2 354	-	6	-	2	2	76	4	7
Sorocaba	2 210	4 086	8	22	926	51	236	150	11	32
Taubaté	2 358	2 846	3	1	738	-	-	70	-	1
1a. de Curitiba ...	4 287	4 810	20	-	1 647	-	-	127	13	13
2a. de Curitiba ...	4 053	4 864	3	14	1 547	-	-	149	3	54
3a. de Curitiba ...	1 170	1 430	5	12	853	-	-	65	3	-
Londrina	2 302	3 035	1	5	895	-	-	70	3	10
Paranaguá	692	859	1	2	305	1	1	12	-	3
Ponta Grossa	847	1 419	5	1	340	-	-	36	1	3
União da Vitória..	981	1 078	1	1	-	-	-	20	-	-
Corumbá	567	674	-	-	-	-	-	32	-	-
Cuiabá	948	1 054	11	-	-	-	-	23	-	-
SUB-TOTAL(FORA SEDE)	68 358	110 219	169	1 954	21 636	77	277	3 006	113	304
TOTAL GERAL.....	179 513	262 021	200	3 098	59 425	113	327	6 964	263	997

= JUNTAS =	CONCILIADAS		PROCEDENTES		PROCEDENTES EM PARTE		IMPROCEDENTES	
	PROCESSOS	VALOR EM \$...	PROCESSOS	VALOR EM \$...	PROCESSOS	VALOR EM \$...	PROCESSOS	VALOR EM \$...
1a. JUNTA	981	1 624 514,89	266	575 051,48	224	798 769,58	120	308 761,65
2a. JUNTA	1 213	1 552 184,10	247	1 317 738,70	144	552 838,15	60	184 413,76
3a. JUNTA	922	1 073 313,51	379	876 589,78	141	726 290,62	140	851 233,85
4a. JUNTA	986	1 354 140,11	315	600 788,50	201	752 384,64	68	179 560,69
5a. JUNTA	1 022	1 007 530,32	335	1 236 018,01	184	519 892,18	189	415 141,00
6a. JUNTA	1 122	3 511 225,26	241	795 614,45	129	626 050,65	70	214 042,23
7a. JUNTA	769	871 165,43	314	1 227 066,81	108	431 953,45	69	153 848,56
8a. JUNTA	933	2 057 916,94	364	1 268 897,02	117	354 418,90	109	185 673,25
9a. JUNTA	1 088	1 484 023,41	462	1 898 850,90	172	620 835,01	148	265 587,12
10a. JUNTA	1 024	1 804 983,63	342	1 285 693,83	264	695 919,01	166	505 091,87
11a. JUNTA	1 087	1 383 930,04	312	694 558,61	298	883 441,81	206	554 427,48
12a. JUNTA	1 034	1 336 808,18	367	728 828,92	163	705 579,72	126	364 271,80
13a. JUNTA	828	1 870 749,75	310	1 010 099,36	98	324 678,82	151	329 894,32
14a. JUNTA	948	1 229 397,07	254	869 235,97	207	1 138 158,79	55	138 912,34
15a. JUNTA	836	987 642,20	282	1 160 321,44	151	441 203,17	86	138 325,64
16a. JUNTA	1 020	1 385 588,00	409	1 138 595,95	209	817 076,95	132	314 525,28
17a. JUNTA	883	995 093,13	389	755 036,75	135	239 686,64	129	240 014,73
18a. JUNTA	1 201	1 226 594,16	356	1 358 008,65	200	731 024,41	134	835 367,21
19a. JUNTA	1 145	2 843 479,01	325	1 148 962,17	74	332 073,15	107	396 248,81
20a. JUNTA	1 000	1 753 406,40	404	1 574 732,08	144	420 160,57	153	392 238,63
21a. JUNTA	924	1 148 319,99	323	1 195 992,90	195	752 830,95	96	192 138,44
22a. JUNTA	762	1 016 344,22	377	1 188 412,91	102	250 728,13	98	213 440,26
23a. JUNTA	1 022	1 405 552,00	388	956 189,00	99	165 722,00	169	325 411,00
SUB-TOTAL(total sede).	22 750	34 923 901,75	7 761	24 861 284,19	3 759	13 281 717,30	2 780	7 698 569,92

= JUNTAS =	CONCILIADAS		PROCEDENTES		PROCEDENTES EM PARTE		IMPROCEDENTES	
	PROCESSOS	VALOR EM R\$...	PROCESSOS	VALOR EM R\$...	PROCESSOS	VALOR EM R\$...	PROCESSOS	VALOR EM R\$...
Americana	197	170 628,81	62	274 335,88	26	79 498,35	30	40 576,94
Araraquara	224	198 922,20	80	161 437,59	48	87 913,83	15	28 472,81
Barretos	132	443 194,31	39	98 606,91	52	129 727,20	18	33 924,36
Bauru	259	192 913,24	79	116 989,64	20	62 329,12	32	219 071,36
Campinas	538	914 697,22	239	320 950,36	72	492 448,55	111	180 399,92
Franca	265	250 921,18	32	40 739,95	60	87 235,27	40	106 907,03
Guarulhos	546	456 790,05	47	43 718,71	180	317 925,41	102	424 113,99
Jundiaí	969	824 631,17	169	449 752,08	116	523 530,67	51	112 521,23
Limeira	592	430 182,11	80	489 488,21	49	245 673,49	25	46 233,08
Mogi das Cruzes	560	477 536,14	164	244 388,32	138	272 624,27	117	352,125,45
Osasco	370	313 844,48	151	303 405,93	55	134 247,86	67	204 511,76
Piracicaba	463	828 017,72	99	358 485,94	43	260 751,31	21	44 539,51
Ribeirão Preto	537	451 922,86	108	236 618,82	88	120 702,69	82	550 811,09
Rio Claro	175	352 760,30	134	612 951,73	43	223 676,67	36	162 478,54
1a. de Santo André ...	574	1 345 865,36	165	130 082,52	69	104 669,57	54	135 173,71
2a. de Santo André ...	561	1 006 031,63	207	2 685 119,48	71	86 597,10	253	211 739,87
1a. de Santos	744	707 998,50	324	1 231 068,23	129	433 188,46	158	399 088,17
2a. de Santos	503	580 778,52	244	508 327,22	203	1 534 649,24	128	621 652,97
3a. de Santos	578	644 671,69	175	462 459,15	70	222 184,31	58	151 659,25
São Bernardo do Campo.	1 248	1 195 482,90	225	371 046,47	99	757 400,29	92	156 180,34
São Caetano do Sul....	416	574 646,12	149	238 810,89	65	191 909,16	80	72 139,24
São Carlos	759	922 395,40	61	118 904,26	124	169 166,64	36	22 147,50
São José dos Campos...	196	327 757,29	148	538 656,26	82	145 601,51	57	136 512,13
Sorocaba	374	279 573,84	140	382 540,93	51	247 021,35	156	491 392,90
Taubaté	282	256 683,16	124	754 886,25	38	56 716,48	54	179 250,41
1a. de Curitiba	692	807 197,92	112	126 916,47	454	706 329,60	99	319 029,90
2a. de Curitiba	826	796 726,79	297	743 872,22	231	533 754,34	88	637 637,64
3a. de Curitiba	336	205 836,15	142	269 155,51	67	147 074,34	44	38 856,07
Londrina	368	337 273,47	125	401 169,03	92	204 052,11	31	178 726,61
Paranaguá	183	285 378,87	45	148 383,61	25	52 288,10	25	92 076,22
Ponta Grossa	303	294 345,07	28	80 815,31	61	307 173,98	19	62 177,48
União da Vitória	183	173 829,65	38	56 750,75	7	33 552,90	12	1 656,54
Côrumbá	321	123 452,61	43	64 731,78	3	7 842,60	5	12 450,73
Cuiabá	219	265 592,00	97	223 103,50	15	26 142,91	20	51 792,22
SUB-TOTAL(FORA DA SEDE)	15 493	17 438 478,73	4 372	13 288 669,91	2 946	8 005 599,68	2 216	6 478 026,97
TOTAL GERAL	38 243	52 362 380,48	12 133	38 149 954,10	6 705	21 287 316,98	4 996	14 176 596,89

= J U N T A S =	NÃO CONHECIDAS E CARECEDORAS DE A C ã O		A R Q U I V A D A S		D E S I S T Ê N C I A S		I N Q U É R I T O S J U D I C I A I S			
	PROCESSOS	VALOR EM R\$.	PROCESSOS	VALOR EM R\$..	PROCESSOS	VALOR EM R\$..	CONCILIADOS	PROCEDENTES	IMPROCEDENTES	ARQUIVADOS
							PROCESSOS	PROCESSOS	PROCESSOS	PROCESSOS
1a. J U N T A	28	338 983,92	621	1 107 445,02	78	112 171,56	2	3	2	-
2a. J U N T A	12	34.120,14	731	1 187 629,26	154	942 506,53	-	2	-	1
3a. J U N T A	20	194 747,15	701	948 880,27	130	206 042,05	1	1	2	1
4a. J U N T A	5	22 786,53	829	2 160 042,56	136	237 441,10	-	-	-	-
5a. J U N T A	-	-, -	935	1 137 694,46	162	316 338,98	-	1	-	-
6a. J U N T A	-	-, -	855	1 137 106,46	80	126 479,80	1	-	-	-
7a. J U N T A	-	-, -	680	814 484,53	99	124 907,69	-	4	-	-
8a. J U N T A	-	-, -	971	1 287 665,48	146	178 287,48	1	-	1	-
9a. J U N T A	19	61 066,65	1 242	1 245 511,65	132	148 454,59	1	3	3	-
10a. J U N T A	-	-, -	787	1 245 901,39	71	99 234,65	1	-	-	-
11a. J U N T A	-	-, -	801	1 296 647,37	108	109 684,01	-	1	3	-
12a. J U N T A	33	282 328,94	1 022	1 519 808,68	136	173 458,78	-	2	3	-
13a. J U N T A	20	47 642,66	593	858 827,31	122	121 554,03	1	-	-	1
14a. J U N T A	9	109 221,36	944	1 719 786,14	61	49 461,31	1	-	-	1
15a. J U N T A	23	-, -	749	1 085 082,81	133	239 170,88	1	-	2	-
16a. J U N T A	26	133 918,44	931	1 318 720,97	126	245 923,54	-	5	-	42
17a. J U N T A	-	-, -	935	1 299 502,26	111	38 204,22	-	-	-	-
18a. J U N T A	-	-, -	789	1 422 352,22	78	130 497,99	1	1	1	1
19a. J U N T A	-	-, -	880	1 129 238,43	146	112 072,68	-	-	-	-
20a. J U N T A	12	22 785,92	723	1 340 293,55	98	288 429,26	2	1	-	-
21a. J U N T A	12	152 571,65	850	1 434 751,04	156	360 567,20	-	-	-	-
22a. J U N T A	-	-, -	914	1 335 395,62	-	-, -	-	-	2	-
23a. J U N T A	-	-, -	846	1 483 360,00	93	52 880,00	-	2	-	-
SUB-TOTAL(total da sede).	219	1 400 173,36	19 329	29 516 127,48	2 556	4 513 768,33	13	26	19	47

= J U N T A S =	NÃO CONHECIDAS E CARECEDORAS A Ç Ã O DE		ARQUIVADAS		DESISTÊNCIA		INQUÉRITOS JUDICIAIS			
	PROCESSOS	VALOR @..	PROCESSOS	VALOR @..	PROCESSOS	VALOR @..	CONCILIADOS	PROCEDENTES	IMPROCEDENTES	ARQUI- VADOS
							PROCESSOS	PROCESSOS	PROCESSOS	PROCESSOS
Americana	2	-,-	73	88 655,14	11	23 029,63	2	2	-	1
Araraquara	6	19 509,00	60	99 515,78	15	18 650,39	1	-	-	-
Barretos	4	32 065,52	25	125 356,62	9	41 850,27	-	-	2	-
Bauru	-	-,-	81	92 158,83	2	2 656,30	-	1	-	-
Campinas	15	61 639,16	276	370 757,24	53	66 168,06	1	1	-	1
Franca	-	-,-	59	131 493,67	15	46 494,45	-	1	1	1
Guarulhos	-	-,-	320	388 415,10	66	107 259,25	2	-	-	-
Jundiaí	19	55 197,58	248	342 167,31	43	32 972,56	-	1	1	-
Limeira	21	105 729,17	116	115 124,27	47	34 419,66	-	-	1	-
Moji das Cruzes	34	221 795,83	391	742 421,13	30	33 171,02	-	-	-	-
Osasco	-	-,-	206	266 678,45	23	17 323,61	-	-	-	-
Piracicaba	14	15 166,95	99	270 949,28	14	26 612,42	2	-	1	-
Ribeirão Preto	-	-,-	271	639 994,32	17	53 190,88	1	-	-	-
Rio Claro	17	181 320,85	55	113 963,55	13	9 286,00	-	1	1	-
1a. de Santo André	15	30 343,06	499	454 708,32	67	81 672,99	-	2	1	-
2a. de Santo André	-	-,-	246	341 384,84	42	22 581,46	-	-	-	-
1a. de Santos	35	123 385,49	270	571 085,53	59	74 444,41	1	8	3	-
2a. de Santos	-	-,-	416	544 231,67	51	248 048,75	2	2	2	-
3a. de Santos	13	112 949,61	257	429 232,35	70	95 787,86	1	2	-	-
São Bernardo do Campo	20	126 064,20	761	715 482,44	71	72 202,63	-	-	-	-
São Caetano do Sul	-	-,-	139	190 362,90	39	34 616,40	-	1	-	-
São Carlos	9	32 991,00	112	57 479,88	32	26 586,15	2	1	-	-
São José dos Campos	18	86 069,12	105	118 523,09	26	57 551,26	-	-	2	-
Sorocaba	-	-,-	353	765 873,52	64	96 499,37	1	1	2	-
Taubaté	-	-,-	141	173 825,91	71	48 545,93	-	2	-	-
1a. de Curitiba	31	202 109,14	887	1 179 511,23	340	371 426,63	1	-	2	1
2a. de Curitiba	-	-,-	892	1 347 093,55	153	147 829,04	1	1	-	-
3a. de Curitiba	-	-,-	287	298 610,59	95	55 680,22	-	-	-	-
Londrina	7	53 442,09	389	319 164,04	53	42 940,50	-	2	1	-
Paranaguá	-	-,-	97	125 016,33	9	9 315,70	-	-	-	-
Ponta Grossa	-	-,-	84	194 354,83	6	18 600,00	-	-	-	-
União da Vitória	-	-,-	138	45 613,84	22	30 160,50	-	-	-	-
Corumbá	-	-,-	29	27 114,21	18	9 678,83	1	-	-	-
Cuiabá	30	37 363,31	215	478 752,62	17	83 250,70	-	-	-	-
SUB-TOTAL(FORA DA SEDE).....	310	1 497 141,08	8 597	12 165 072,38	1 663	2 140 503,83	19	29	20	4
TOTAL GERAL	529	2 897 314,44	27 926	41 681 199,86	4 219	6 654 272,16	32	55	39	51

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO	C O N T A D A S	A R R E C A D A D A S	D I S P E N S A D A S	EMOLUMENTOS DE TRASLADOS E CERTIDÕES
1a. J U N T A	144 094,54	122 583,79	60 997,70	1 146,75
2a. J U N T A	231 413,38	93 446,50	66 528,37	13,50
3a. J U N T A	128 021,83	103 718,62	68 141,87	543,26
4a. J U N T A	204 697,53	86 335,70	69 500,03	383,94
5a. J U N T A	216 733,53	78 234,62	87 044,79	116,90
6a. J U N T A	232 556,63	116 480,57	78 723,97	1 002,65
7a. J U N T A	153 205,12	92 595,52	76 054,64	82,00
8a. J U N T A	142 328,15	86 249,38	75 410,90	769,18
9a. J U N T A	174 484,55	102 673,41	73 780,01	1 040,10
10a. J U N T A	154 838,29	85 250,44	70 634,04	273,96
11a. J U N T A	147 528,11	98 773,00	69 102,55	46,43
12a. J U N T A	235 687,14	76 574,80	111 658,22	46,10
13a. J U N T A	181 351,65	105 954,37	57 539,73	15,00
14a. J U N T A	261 030,96	76 951,14	99 511,17	1 487,35
15a. J U N T A	154 461,54	93 276,15	39 291,05	42,02
16a. J U N T A	164 099,86	102 724,35	81 261,92	226,37
17a. J U N T A	178 846,49	87 956,88	75 742,06	909,45
18a. J U N T A	169 741,19	122 333,70	69 306,52	35,10
19a. J U N T A	170 209,52	100 782,36	74 549,94	1 664,59
20a. J U N T A	248 678,20	111 610,97	70 687,71	302,10
21a. J U N T A	220 412,28	82 140,99	80 307,46	165,26
22a. J U N T A	116 210,60	73 448,97	55 165,72	67,70
23a. J U N T A	200 804,52	74 071,96	74 847,92	69,30
SUB-TOTAL (TOTAL DA SEDE).....	4 231 435,61	2 174 168,26	1 685 788,29	10449, 01

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO	CONTADAS	ARRECADADAS	DISPENSADAS	EMOLUMENTOS DE TRASLADO E CERTIDÕES
Americana	32 090,42	12 790,26	14 283,28	222,25
Araraquara	30 355,63	21 520,82	11 616,45	17,20
Barretos	33 506,09	13 791,35	18 788,10	254,63
Bauru	30 362,55	18 997,10	3 619,74	216,54
Campinas	85 476,95	67 794,20	36 876,57	67 794,22
Franca	30 875,62	19 513,25	18 583,43	68,00
Guarulhos	84 363,21	35 233,07	38 249,70	97,46
Jundiaí	109 788,90	70 626,35	35 834,95	539,25
Limeira	64 053,21	16 616,13	30 551,82	630,27
Moji das Cruzes	107 857,71	44 307,29	56 740,69	379,55
Osasco	55 403,94	25 125,93	30 274,21	3,80
Piracicaba	65 607,54	33 743,94	24 607,00	135,80
Ribeirão Preto	88 898,97	34 923,03	52 697,16	98,07
Rio Claro	61 224,70	31 887,39	7 952,97	72,55
1a. de Santo André	84 220,81	68 884,42	28 477,90	21,60
2a. de Santo André	137 712,86	47 037,85	31 313,65	1 047,65
1a. de Santos	148 914,05	58 614,86	44 462,16	322,91
2a. de Santos	153 719,26	77 884,50	39 071,86	71,22
3a. de Santos	80 827,46	35 001,76	38 582,42	114,15
São Bernardo do Campo	90 215,44	72 177,13	72 067,46	158,24
São Caetano do Sul	44 426,77	41 203,63	24 075,51	753,70
São Carlos	69 119,31	17 994,26	43 454,09	52,98
São José dos Campos	52 196,10	23 703,46	18 091,39	167,37
Sorocaba	102 166,04	18 266,94	70 208,94	150,00
Taubaté	59 691,40	20 424,56	21 209,53	91,16
1a. de Curitiba	90 034,29	54 269,61	92 186,96	72,90
2a. de Curitiba	99 257,01	64 474,02	91 674,19	45,90
3a. de Curitiba	17 314,98	16 427,18	22 604,39	68,65
Londrina	68 000,30	21 230,86	23 788,61	108,30
Paranaguá	24 311,94	18 669,01	7.271,66	11,70
Ponta Grossa	18 729,54	10 275,91	15 691,89	32,40
União da Vitória	21 866,05	5 476,25	12 195,69	167,20
Corumbá	12 657,95	6 451,43	7 462,86	1,40
Cuiabá	41 097,65	14 804,66	17 102,97	87,44
SUB-TOTAL(FORA DA SEDE).....	2 296 344,65	1 110 142,41	1 101 670,20	73 734,46
TOTAL GERAL	6 527 780,26	3 314 310,67	2 787 458,49	84 183,47